



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

NATÁLIA TADEU DE ARAÚJO CARVALHO

**O QUE PENSAM OS PROFESSORES SOBRE A BNCC E A REFORMA
DO ENSINO MÉDIO: ENTREVISTAS A DOCENTES DO SERTÃO DE
PERNAMBUCO**

**SERRA TALHADA-PE
2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

NATÁLIA TADEU DE ARAÚJO CARVALHO

**O QUE PENSAM OS PROFESSORES SOBRE A BNCC E A REFORMA
DO ENSINO MÉDIO: ENTREVISTAS A DOCENTES DO SERTÃO DE
PERNAMBUCO**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada, como requisito obrigatório para conclusão do curso e obtenção do grau de Licenciada em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Noádia Iris da Silva.

**SERRA TALHADA-PE
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C331q CARVALHO, NATÁLIA TADEU DE ARAÚJO
O QUE PENSAM OS PROFESSORES SOBRE A BNCC E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: : ENTREVISTAS
A DOCENTES DO SERTÃO DE PERNAMBUCO / NATÁLIA TADEU DE ARAÚJO CARVALHO. - 2023.
60 f.
- Orientadora: Noadia Iris da Silva.
Inclui referências e anexo(s).
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em Letras,
Serra Talhada, 2023.
1. Base Nacional Comum Curricular. 2. Reforma do Ensino Médio. 3. Percepção dos professores. I. Silva, Noadia
Iris da, orient. II. Título

CDD 410

NATÁLIA TADEU DE ARAÚJO CARVALHO

**O QUE PENSAM OS PROFESSORES SOBRE A BNCC E A REFORMA
DO ENSINO MÉDIO: ENTREVISTAS A DOCENTES DO SERTÃO DE
PERNAMBUCO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Letras, produzido na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE/UAST.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Noádia Iris da Silva / UFRPE
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima /UFRPE
Examinadores

Prof. Me. Ricardo Tavares Martins / IFSPE
Examinadores

Serra Talhada – PE, 28 de abril de 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder tamanha benção, me formar sempre foi o meu maior sonho.

Agradeço aos dez professores participantes que confiaram a mim o relato de suas práticas pedagógicas, contribuindo assim com a realização da nossa pesquisa.

A minha falecida mãe Nisia, que infelizmente não está mais aqui, mas tenho certeza que está no céu feliz com minha conquista.

A meu pai Edson, que me inspirou para escolher essa profissão e acreditou em mim desde o início.

Ao meu esposo, Marcus Vinicius de Carvalho, que esteve comigo durante todo o tempo, me dando condições para estudar e nunca desistir dos meus objetivos.

Aos meus filhos, Ana Laura de Araújo Carvalho e Pierre Araújo de Carvalho, que me deram a motivação necessária para nunca desistir do meu maior sonho, e me acompanharam durante toda essa jornada.

Aos meus amigos da faculdade Denilton, Samara, Simone e Leonardo por sempre me apoiarem, estarem comigo e me ajudarem durante esses longos anos.

Aos meus irmãos, por acreditarem sempre em mim e me incentivarem a concluir minha formação.

Agradeço a minha grande amiga Gabriela Vital, que realizou a minha inscrição no ENEM, acreditando em mim e no meu potencial quando eu mesma duvidei. Esta conquista é sua também.

Agradeço a minha amiga Adriana Sena, que sempre me motivou e incentivou durante toda minha jornada acadêmica.

Agradeço à minha melhor amiga Elane Pinheiro, por estar comigo nos momentos mais difíceis da minha vida acadêmica e pessoal, por ser essa mulher incrível que me inspira diariamente.

Agradeço imensamente a minha orientadora, Noadia Silva, por ser essa pessoa de luz, que iluminou a minha vida com seu brilho, humanidade e compreensão nos momentos que mais precisei. Agradeço principalmente por não desistir de mim e sempre acreditar que eu seria capaz. Essa conquista é nossa!

Por fim, agradeço a toda minha família, por me darem incentivo e apoio para conquistar meus objetivos mesmo em meio a tantas adversidades.

Sem o apoio de todos vocês, eu não teria conseguido. Muito Obrigada!

SE EU FOSSE EU

Quando não sei onde guardei um papel importante e a procura se revela inútil, pergunto-me: se eu fosse eu e tivesse um papel importante para guardar, que lugar escolheria? Às vezes dá certo. Mas muitas vezes fico tão pressionada pela frase “se eu fosse eu”, que a procura do papel se torna secundária, e começo a pensar. Diria melhor, sentir.

E não me sinto bem. Experimente: se você fosse você, como seria e o que faria? Logo de início se sente um constrangimento: a mentira em que nos acomodamos acabou de ser levemente locomovida do lugar onde se acomodara. No entanto, já li biografias de pessoas que de repente passavam a ser elas mesmas, e mudavam inteiramente de vida. Acho que se eu fosse realmente eu, os amigos não me cumprimentariam na rua porque até minha fisionomia teria mudado. Como? Não sei.

Metade das coisas que eu faria se eu fosse eu, não posso contar. Acho, por exemplo, que por certo motivo eu terminaria presa na cadeia. E se eu fosse eu daria tudo o que é meu, e confiaria o futuro ao futuro.

“Se eu fosse eu” parece representar o nosso maior perigo de viver, parece a entrada nova do desconhecimento. No entanto, tenho a intuição de que, passadas as primeiras chamadas loucuras da festa que seria, teríamos enfim a experiência do mundo. E a nossa dor, aquela que aprendemos a não sentir. Mas também seríamos por vezes tomados de um êxtase de alegria pura e legítima que mal posso adivinhar. Não, acho que já estou de algum modo adivinhando porque me senti sorrindo e também senti uma espécie de pudor que se tem diante do que é grande demais.

(Clarice Lispector, in A descoberta do Mundo)

RESUMO

Este trabalho visa analisar as considerações de professores da Educação Básica sobre a homologação da Base Nacional Comum Curricular e a reforma do Ensino Médio. Para tanto, entrevistamos dez professores de línguas (português, inglês e espanhol) de escolas públicas e privadas de quatro cidades Pernambucanas próximas da UAST-UFRPE: Serra Talhada, São José do Belmonte, Floresta e Carnaubeira da Penha. Os objetivos de pesquisa que pretendemos responder dizem respeito a: 1) investigar o conhecimento que os docentes têm sobre a BNCC; 2) conhecer as expectativas dos professores em relação à influência desse documento na escola; 3) reconhecer as opiniões dos profissionais sobre a reforma do ensino médio. Teoricamente, nos fundamentamos em autores de duas grandes áreas: estudiosos da educação que trabalham com conceitos de currículo e de qualidade na educação (FERRETI, 2018; BRUNIERI, 2022; MITTITIER e LOURENÇON, 2017) além desses, consultamos estudiosos do ensino de língua que tratam sobre as línguas materna e estrangeira na Base, (GERALDI, 2015; SÁVIO, 2023; LOPES e GREGOLIN, 2021). Nossos resultados apontam que os professores aderem à criação de uma Base Nacional Comum Curricular porque entendem que isso representa um avanço na construção de um sistema igualitário de ensino no país. Entretanto, quando se trata da reforma do novo ensino médio, percebemos que os professores possuem mais dúvidas e inseguranças que convicções.

PALAVRAS-CHAVE: Base Nacional Comum Curricular; Reforma do Ensino Médio; Percepção dos professores.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the perceptions of basic education teachers about the homologation of the National Common Curricular Base and the reform of Secondary Education. For that, we interviewed ten language teachers (Portuguese, English and Spanish) from public and private schools in four cities in Pernambuco close to UAST/UFRPE: Serra Talhada, São José do Belmonte, Floresta and Carnaubeira da Penha. The research questions we intend to answer relate to: 1) investigating the knowledge that teachers have about the BNCC; 2) to know the expectations of the teachers regarding the influence of this document in the school; 3) acknowledge practitioners' views on secondary education reform. Theoretically, we are based on authors from two major areas, first one is education scholars who research with concepts of curriculum and quality in education (FERRETI, 2018; BRUNIERI, 2022; MITTITIER e LOURENÇON, 2017), in addition to these, we consulted language teaching scholars who deal with mother and foreign languages in the Base (GERALDI, 2015; SÁVIO, 2023; LOPES e GREGOLIN, 2021). Our results indicate that teachers adhere to the creation of a National Common Curricular Base because they understand that this represents a breakthrough in the construction of an egalitarian education system in the country. However, when it comes to the reform of the new secondary education, we realize that teachers have more doubts and insecurities than convictions.

KEYWORDS: Common National Curriculum Base; High School Reform; Teachers' perception.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: Caracterização dos professores entrevistados_____	34
Gráfico 1: Aspectos da BNCC que carecem de explicações adicionais_____	37

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CNS – Conselho Nacional de Saúde
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FGB – Formação Geral Básica
IF – Itinerários Formativos
ILF– Inglês como Língua Franca
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LE – Línguas Estrangeiras
MEC – Ministério da Educação
OCNs – Orientações Curriculares Nacionais
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO DOCENTE.....	16
1.1 O ensino de línguas na Base Nacional Comum Curricular	16
1.2 A reforma do ensino Médio.....	24
1.2.1 Itinerários formativos, interdisciplinaridade e projeto de vida.....	24
1.2.2 A desconsideração das reformas pelas condições de trabalho docente e do acesso dos estudantes.....	27
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	30
2.1 Tipo de Pesquisa.....	30
2.2 A validade dos questionários como instrumentos de pesquisa.....	31
2.3 Procedimentos de coleta do material/corpus.....	32
3. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA VISÃO DOS PROFESSORES.....	35
3.1. BNCC e reforma do Ensino Médio: aproximações e distanciamentos dos discursos oficiais.....	35
3.1.1 A suposta necessidade de uma reforma, interdisciplinaridade e inclusão de projeto de vida como eixo estruturante do ensino médio.....	37
3.1.2 A promessa de maior equidade e igualdade no sistema de ensino brasileiro.....	39
3.2 Posições críticas às mudanças no ensino médio: possível promoção da exclusão social e ao tratamento das línguas estrangeiras.....	40
4. CONCLUSÃO.....	43
5. REFERÊNCIAS.....	45
ANEXOS.....	49

INTRODUÇÃO

A homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, inicialmente para Educação Infantil até o Ensino Fundamental II e, em dezembro de 2018, para o Ensino Médio, trouxe mudanças para as redes de ensino públicas e privadas de todo Brasil. Isso porque tais redes foram impelidas a se adaptar a um novo referencial curricular que influencia todo o sistema educacional, conforme proposto pelo texto oficial:

§1º A BNCC deve fundamentar a concepção, formulação, implementação, avaliação e revisão dos currículos, e consequentemente das propostas pedagógicas das instituições escolares, contribuindo, desse modo, para a articulação e coordenação de políticas e ações educacionais desenvolvidas em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, especialmente em relação à **formação de professores, à avaliação da aprendizagem, à definição de recursos didáticos e aos critérios definidores de infraestrutura adequada** para o pleno desenvolvimento da oferta de educação de qualidade. (BRASIL, 2017, p. 5 destaque nosso).

Como vemos, o próprio texto da BNCC destaca sua relevância no sistema nacional de ensino, tendo em vista que tal documento será observado tanto nas políticas de formação de professores, quanto nas avaliações em larga escala¹. Além disso, a Base se constitui como referência na definição de recursos didáticos, através do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) ela também aponta para os critérios definidores de infraestrutura adequada que as unidades escolares devem dispor para o desenvolvimento das habilidades e competências por ela previstas.

De acordo com o Ministério da Educação, os objetivos da Base Nacional Comum Curricular são: promover uma educação de qualidade, tentando uniformizar o ensino-aprendizagem e diminuir as desigualdades educacionais em toda Educação Básica no país. Além disso, a Base também faz alusão a uma educação mais democrática e de qualidade para todas as pessoas, independentemente de sua condição financeira. Dessa forma, podemos concluir que a Base pretende diminuir as desigualdades educacionais existentes no Brasil, nivelando e, o mais importante, elevando a qualidade do ensino.²

Vale salientar que a BNCC não é um currículo, assim como é considerada muitas vezes, mas sim um referencial curricular que deve orientar os currículos das redes estaduais, municipais, distritais e particulares. Esse referencial deve observar, pelo menos, 60% da Base

¹Que são: no ensino fundamental I e II, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e no ensino médio é utilizado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

²Disponível em: <<https://sae.digital/bncc-o-que-e-qual-e-o-seu-objetivo/>>. Acesso em: 17 de jan. de 2023.

e as escolas têm autonomia para complementar o seu currículo em até 40%, da forma que desejarem. Em relação a isso, Costa, Farias e Souza (2019, p. 100) afirmam que:

A parte diversificada de 40% pode representar o grau de autonomia dos sistemas e docentes no âmbito da escola. Nesse sentido, são as correlações de força e capacidade de articulações dos setores da sociedade que irão influenciar ou não nas propostas curriculares em cada sistema de ensino que deverão impactar diretamente no campo de atuação e formação do professor.

Desse modo, podemos perceber que a BNCC é o documento que estabelece um referencial curricular-base para todas as redes de ensino públicas e privadas do país, norteando, assim, diretamente a prática pedagógica dos docentes.

Além disso, o próprio texto da Base reconhece a autonomia das instituições escolares para tratar as realidades locais:

Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes. (BRASIL, 2018, p. 15.)

Quanto à organização do documento, quando a Base fala especificamente do componente curricular obrigatório de Língua portuguesa, ela apresenta seus pressupostos pedagógicos, as competências específicas e seus eixos norteadores, que são: 1) leitura/escuta; 2) produção (escrita e multissemiótica); 3) oralidade; 4) análise linguística/semiótica (reflexão sobre a língua, norma-padrão e sistema de escrita). Esses eixos são trabalhados em cinco campos de atuações que demonstram a importância da contextualização do conhecimento escolar nos campos: da vida cotidiana (somente anos iniciais); campo artístico-literário; campo das práticas de estudo e pesquisa; campo jornalístico/midiático; campo de atuação na vida pública (BRASIL, 2017, p. 84).

Referente ao componente curricular de língua inglesa, ele é obrigatório desde o 6.º ano do ensino fundamental até o 3.º ano do ensino médio e também possui suas competências e habilidades específicas, além disso, tem 5 eixos: 1) oralidade; 2) leitura; 3) escrita; 4) conhecimentos linguísticos e 5) dimensão intercultural. Logo, “é imprescindível dizer que esses eixos, embora tratados de forma separada na explicitação da BNCC, estão intrinsecamente ligados às práticas sociais de usos da língua inglesa e devem ser assim

trabalhados nas situações de aprendizagem propostas no contexto escolar.” (BRASIL, 2017, p. 245).

A Base da etapa do Ensino Médio é estruturada da seguinte forma: textos gerais introdutórios de etapa por etapa, depois são mostrados as competências gerais que os alunos devem desenvolver ao longo de todas as etapas do ensino básico brasileiro. Na sequência, aparecem as competências específicas de cada área do conhecimento e dos componentes curriculares. Por fim, o texto vai tratar dos direitos de aprendizagem e habilidades a diversos objetos de conhecimento que os alunos devem desenvolver em cada etapa do Ensino Médio.

Para além dos impactos que o estabelecimento da BNCC como referencial curricular afetou a educação, os professores do ensino médio também precisaram enfrentar outra mudança ainda mais polêmica, que foi a chamada reforma do ensino médio. No dia 14 de dezembro de 2018, o então ministro da Educação, Rossieli Soares, homologou a Lei n.º 13.415/2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelecendo uma mudança na estrutura do ensino médio.

Essa lei que estabeleceu a chamada “Reforma do Ensino Médio” prevê: 1) ampliação do tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais; 2) definição de uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple a Base Nacional Comum Curricular; 3) oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, através dos itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional.³

Outro ponto que devemos destacar, é a hegemonia da língua inglesa na Base. De acordo com Siqueira (2023, p. 63) “colocar o inglês como a única LE (línguas estrangeiras) de oferta obrigatória na educação básica brasileira atualmente é uma decisão equivocada, limitadora e anacrônica.” Pois, desta forma ocorre a exclusão de outras LE colocando o Brasil em uma posição “inferior” em comparação a países que investem na educação multilíngue. Portanto, devemos nos atentar ao que Siqueira (2023, p. 64) vai chamar de “o perigo da língua única”. Buscando assim, trazer reflexões em relação a essa hegemonia da língua inglesa na Base.

Diante dessas mudanças, surgem algumas polêmicas, em relação à “flexibilização” do currículo e as disciplinas que podem passar a ser optativas, também sobre a ampliação da carga horária e principalmente questionamentos quanto a sua implementação⁴. Em março de

³Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>> Acesso em: 5 de jan. de 2023.

⁴Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/37463190>> Acesso em: 16 de fev. de 2023.

2023, o Ministério da Educação instituiu uma consulta pública para avaliar o Novo Ensino Médio. O objetivo é reestruturar o modelo aprovado em 2017 pelo então presidente Michel Temer. De acordo com o ministro da Educação, Camilo Santana, "a grande preocupação é como as escolas podem ofertar todos os itinerários". Ele ainda destaca que: "Há uma questão de desigualdade, vamos ver como corrigir isso, vamos aprofundar o debate ouvindo especialistas". A consulta foi publicada no Diário Oficial da União, e ficará disponível por 90 dias, podendo ser prorrogada.⁵

Nesse contexto de transformações e mudanças, defendemos a necessidade de investigar as percepções de professores de línguas do ensino médio sobre as implicações de tais mudanças para o exercício da docência, tendo em vista que o professor é o profissional mais diretamente responsável pelo atendimento dos estudantes. Nesse sentido, entrevistamos dez professores das cidades pernambucanas de Serra Talhada, São José do Belmonte, Floresta e Carnaubeira da Penha, no período de 28 de março a 5 de julho de 2022. O convite a esses professores aconteceu por ocasião das disciplinas do núcleo profissionalizante do curso, a saber: Práticas de Ensino e dos Estágios Supervisionados Obrigatórios, realizados entre o sétimo e o nono período da graduação, de forma presencial nas escolas das cidades atendidas pela UFRPE.

Este texto se ocupa em apresentar o relato desta pesquisa dividido em três capítulos. No primeiro, fazemos uma breve revisão de literatura sobre a Base Nacional Comum Curricular, com ênfase para os componentes curriculares de línguas (português e inglês) e sobre a reforma do ensino médio. O segundo capítulo é destinado à descrição dos aspectos metodológicos desta investigação, no qual discutimos o tipo de pesquisa e apresentamos nossa compreensão sobre a abordagem qualitativa do recurso de entrevistas aqui utilizado. Na sequência, temos o capítulo de análise das respostas dos professores à luz das teorias já apresentadas. Finalmente, tecemos algumas considerações sobre as percepções dos professores sobre a Base Nacional Comum Curricular e sobre a reforma do ensino médio.

⁵Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2023/03/15194688-revogacao-do-novo-ensino-medio-ministerio-da-educacao-abre-consulta-publica-para-mudancas.html>> Acesso em 15 de mar. de 2023.

1. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO DOCENTE

Este capítulo é de caráter teórico, no qual apresentaremos a revisão de literatura sobre os temas BNCC, com ênfase nos componentes curriculares de línguas materna e estrangeira, e sobre as implicações da reforma do ensino médio para o ensino de línguas nessa etapa da escolarização. Para tanto, consultamos estudiosos da área da educação (FERRETI, 2018; BRUNIERI, 2022; MITTITIER e LOURENÇON, 2017) e de linguagem (GERALDI, 2015; SIQUEIRA, 2023; LOPES e GREGOLIN, 2021).

1.1. O ensino de línguas na Base Nacional Comum Curricular

Iniciaremos a abordagem deste capítulo com a apresentação da área de linguagens da BNCC que contém quatro componentes: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Artes e Educação Física. Cada área tem suas competências específicas que devem ser desenvolvidas e aprofundadas ao longo da etapa do Ensino Médio. De acordo com o texto oficial:

A finalidade é possibilitar aos estudantes participar de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens, em continuidade às experiências vividas na Educação Infantil. (BRASIL, 2018, p. 63)

No Ensino Médio, a área de linguagens tem a responsabilidade de propiciar oportunidades para a consolidação e a ampliação das habilidades de uso e de reflexão sobre as linguagens – artísticas, corporais e verbais. Ou seja, o objetivo dela é que os alunos participem de diversas práticas de linguagem, ampliando suas capacidades de expressão tanto artísticas quanto corporais e linguísticas. Por isso, a BNCC oferece um ensino de caráter mais textual da língua portuguesa, pois permite que o aluno trabalhe todos os eixos da esfera linguística através do texto. É importante destacar que não pode haver a ocorrência de apenas um dos eixos durante o processo de ensino-aprendizagem, mas sim de, pelo menos, dois eixos, pois os eixos são considerados transversais, como vemos:

Considerando esse conjunto de princípios e pressupostos, os eixos de integração considerados na BNCC de Língua Portuguesa são aqueles já consagrados nos documentos curriculares da Área, correspondentes às práticas de linguagem: oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica (que envolve conhecimentos linguísticos – sobre o sistema de escrita, o sistema da língua e a norma-padrão –, textuais, discursivos e sobre os modos de organização e os elementos de outras semioses). Cabe ressaltar, reiterando o movimento metodológico de documentos curriculares anteriores, que estudos de natureza teórica e metalinguística – sobre a língua, sobre a literatura, sobre a norma padrão e outras variedades da língua – não devem nesse nível de ensino⁶ ser tomados como um fim em si mesmo, devendo estar envolvidos em práticas de reflexão que permitam aos estudantes ampliarem suas capacidades de uso da língua/linguagens (em leitura e em produção) em práticas situadas de linguagem. (BRASIL, 2017, p. 71)

De acordo com Geraldi (2015), “todas essas práticas se dão no interior de diferentes esferas da comunicação social, aqui traduzidas na expressão ‘campos de atuação’. grifos do autor.” Essas práticas devem ser realizadas dentro dos campos de atuação previstos na Base: 1) práticas da vida cotidiana; 2) práticas artístico-culturais; 3) práticas político-cidadãs; 4) práticas investigativas; 5) práticas culturais das tecnologias de informação e comunicação; e 6) práticas do mundo do trabalho (exclusivamente no ensino médio).

O Ministério da Educação (MEC) busca consolidar uma visão do ensino de língua portuguesa através da criação de diversas políticas educacionais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Orientações Curriculares Nacionais (OCN) e a BNCC que ofereça cada vez menos espaço para o ensino de língua do ponto de vista gramatical, dando lugar aos dando lugar a uma abordagem textual e discursiva, visando uma formação com caráter mais crítico-social e para o trabalho. Portanto, as diretrizes da BNCC para o ensino de língua portuguesa no ensino médio são ancoradas nas perspectivas de gêneros textuais, uma proposta muito próxima a dos PCN, conforme podemos verificar:

Ao chegar ao Ensino Médio, os estudantes já têm condições de participar de forma significativa de diversas práticas sociais que envolvem a linguagem, pois, além de dominarem certos gêneros textuais/discursivos que circulam nos diferentes campos de atuação social considerados no Ensino Fundamental, eles desenvolveram várias habilidades relativas aos usos das linguagens. Cabe ao Ensino Médio aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos, e alargar as referências estéticas, éticas e políticas que cercam a produção e recepção de discursos, ampliando as possibilidades de fruição, de construção e produção de conhecimentos, de compreensão crítica e intervenção na realidade e de **participação social dos jovens, nos âmbitos da cidadania, do trabalho e dos estudos**. (BRASIL, 2017, p. 490, destaque nosso)

⁶Refere-se ao ensino fundamental anos finais.

Ou seja, percebemos que a noção de ensino de língua portuguesa, presente nas políticas educacionais das últimas três décadas, se mostra a partir de uma perspectiva discursiva, conforme podemos observar em Pêcheux:

Por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação/reestruturação dessas redes [...]: **todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui, ao mesmo tempo, um efeito dessas filiações e um trabalho** [...] de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 2002, p. 56, destaque nosso)

Criando, assim, um efeito de sentido de uniformização dos sujeitos. Tendo por objetivo oportunizar a todos os jovens brasileiros as mesmas condições de aprendizagem voltadas para o mercado de trabalho. Neste ponto, nos deparamos com o conceito de igualdade e equidade presentes na Base. Segundo Guedes, Bressanin e Soares (2019, p. 41) “produzindo um meio de apagamento das desigualdades que são de ordem histórico-cultural e afeta o modo como cada sujeito se inscreve e significa no processo de escolarização.” Mas afinal, qual é o conceito de equidade e igualdade presentes na BNCC?

De acordo com o MEC, equidade se dá através da proposta de igualdade presente na Base. Vejamos:

A BNCC por si só não alterará o quadro de **desigualdade** ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base. Temos um documento relevante, pautado em altas expectativas de aprendizagem, que deve ser acompanhado pela sociedade para que, em regime de colaboração, faça o país avançar. Assim como aconteceu na etapa já homologada, a BNCC passa agora às redes de ensino, às escolas e aos educadores. Cabe ao MEC ser um grande parceiro neste processo, de modo que, em regime de colaboração, as mudanças esperadas alcancem cada sala de aula das escolas brasileiras. Somente aí teremos cumprido o compromisso da **equidade** que a sociedade brasileira espera daqueles que juntos atuam na educação. (BRASIL, 2018, p. 5. Destaques nossos)

Esse mesmo conceito de igualdade será reafirmado no seguinte trecho:

A BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a **igualdade educacional** sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, sem o que o direito de aprender não se concretiza. (BRASIL, 2018, p. 15. Destaque nosso)

Como sabemos, atualmente o Novo Ensino Médio tem assumido um viés mercadológico. Nesse cenário, devemos refletir sobre até que ponto a Base influencia no ingresso ao mundo profissionalizante. Portanto, comentando Di Renzo (2002, p. 101), percebemos que a questão do ensino da língua afeta mutuamente sujeito e Estado, buscando, cada vez mais, a produção de políticas capazes de construir e atingir um modelo determinado de sociedade. Portanto, para Guedes, Bressanin e Soares:

A BNCC para o Ensino Médio apresenta-se como uma política de língua que toma como eixo para o ensino uma vasta quantidade de gêneros textuais/discursivos. Trata-se de um ensino adequado às práticas sociais que, ideologicamente, coloca a língua como acesso à cidadania e ao trabalho. Trabalho este que se apresenta em duas acepções, como atividade capitalista e como competência em que deriva para diversas habilidades necessárias ao uso da língua. (2019, p. 45)

A Base Nacional Comum Curricular está atualmente dividida em três partes correspondentes às etapas de toda educação básica: primeira etapa, educação infantil, segunda etapa o ensino fundamental e terceira etapa o ensino médio. O referencial curricular está estruturado da seguinte forma: 1) textos introdutórios; 2) competências gerais que os alunos devem desenvolver ao longo de todas as etapas da Educação Básica; 3) competências específicas de cada área do conhecimento e dos componentes curriculares; 4) direitos de Aprendizagem ou Habilidades relativas a diversos objetos de conhecimento que os alunos devem desenvolver em cada etapa da Educação Infantil ao Ensino Médio.⁷

Embora o MEC tenha realizado uma construção bastante detalhada da Base e todas as suas etapas, essa forma exacerbada de descrição no referencial curricular pode causar certo desconforto aos discentes, como podemos observar em Brunieri (2022, p. 7):

:

Essa compreensão e construção de currículo faz com que o papel do professor e sua prática fiquem limitados e já preditos, em certo sentido, uma vez que por ter de desenvolver com seus alunos e fazê-los atingir competências e habilidades que já lhe foram impostas no currículo, fica mais fácil avaliar, interna e externamente, seu trabalho e desempenho. Há, assim, escamoteadamente a orientação de que basta cumprir o que foi detalhadamente previsto no currículo de ensino para se ter sucesso no processo de ensino e aprendizagem e, destarte, pressiona-se e responsabiliza-se o professor exclusivamente pelo sucesso ou não do currículo, das propostas de ensino locais ou nacionais e da aprendizagem discente.

Ou seja, partindo desse ponto de vista, a BNCC é criticada por detalhar demasiadamente o que se espera dos conhecimentos a serem desenvolvidos em cada ano e nas

⁷Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>> Acesso dia 23 jan. de 2023.

descrições das competências e habilidades. Isso, sem dúvida, facilita as avaliações em larga escala. Entretanto, dificulta a consideração de aspectos socioculturais regionais que interferem na prática pedagógica e precisam ser abordados no processo de ensino na escola, pois, tais aspectos locais não podem ser desconsiderados no contexto de vida e aprendizagem dos alunos.

Acreditamos que a criação de uma Base Nacional Comum Curricular foi necessária, pois o país precisava de um referencial curricular obrigatório nacional para guiar docentes, escolhas de materiais didáticos, e principalmente as instituições de ensino, buscando assim equiparar o nível de ensino em todo Brasil visando os resultados das avaliações em larga escala. Embora nossa visão seja otimista em relação à Base, reconhecemos que ela tem as suas falhas e pontos que precisam de melhoras, para que só assim a BNCC possa realmente cumprir o que se propõe a fazer. Garantindo assim, uma educação baseada na igualdade e equidade, diminuindo as diferenças sociais em nosso país.

Outra crítica que a Base recebe é em relação ao tratamento das línguas estrangeiras que acabaram ficando resumidas à língua inglesa. Ao dar exclusividade ao inglês na BNCC, o Brasil perde no quesito “multilinguismo” em relação à maioria dos países que, contrários a tal política, investem na educação multilíngue, conforme observa o autor: “No mundo multilíngue em que vivemos, uma política linguística e educacional que eleja uma língua única como a que deve ser aprendida por todos, independentemente das condições e necessidades de cada realidade local, é algo, no mínimo, arrogante e antidemocrático.” (SÁVIO, 2023, p. 90)

Em outras palavras, ao excluir da Base outras possibilidades de LE, ela vai, de certo modo, na direção contrária ao seu próprio discurso oficial, observemos em:

No Ensino Médio, a contextualização das práticas de linguagem nos diversos campos de atuação permite aos estudantes explorar a presença da multiplicidade de usos da língua inglesa na cultura digital, nas culturas juvenis e em estudos e pesquisas, como também ampliar suas perspectivas em relação à sua vida pessoal e profissional. Além disso, **abrem-se possibilidades de aproximação e integração desses estudantes com grupos multilíngues e multiculturais** no mundo globalizado, no qual a língua inglesa se apresenta como língua comum para a interação. (BRASIL, 2018, p. 484-485, destaque nosso).

Isto significa que entendemos que a Base alega que com a exclusão de outras línguas e somente o uso da língua inglesa, considerando-a superior às demais, dará aos estudantes possibilidades de “aproximação” com grupos multilíngues e multiculturais no mundo globalizado. Essa percepção nos parece equivocada uma vez que outras línguas ofereceriam

maior possibilidade de interação no mundo, e em especial maior capacidade de inserção no mercado de trabalho. Segundo Siqueira (2023, p. 66, destaque nosso):

A entronização⁸ de **uma língua única como obrigatória na educação básica em uma sociedade tão diversa como o Brasil é um perigo**, ou para ser mais brando, um atalho para a marginalização de outras línguas, uma ameaça real à implantação e ao fortalecimento de um projeto democrático e inclusivo de educação multilíngue no nosso meio.

Por este motivo, devemos refletir sobre a exclusão das demais línguas estrangeiras da Base, em especial do espanhol. Pois o Brasil é o único país da América do Sul que não fala essa língua⁹ o que causa estranhamento, uma vez que o português e o espanhol são consideradas “línguas irmãs”. Segundo Goettenauer (2005, p. 61), “o espanhol assegurou seu lugar como a segunda língua mais importante nas relações comerciais.” Portanto, eis o questionamento, ser a segunda língua mundialmente mais falada no mercado de trabalho, não seria motivo suficiente para a BNCC manter o ensino de língua espanhola na Base?

Inevitavelmente, não. Nesse sentido, Lopes e Gregolin (2021, p. 292) destacam que “A Lei nº 13.415/17 e a BNCC excluem saberes referentes à aprendizagem de línguas estrangeiras (LEs) na atualidade” causando, assim, um efeito de “silenciamento e de invisibilidade” sobre as demais línguas na Base. É importante salientar que as escolhas dos conteúdos do referencial curricular brasileiro não foram feitas de maneira aleatória, mas sim direcionadas por propósitos e ideais. Para essas autoras:

Ao revogar a Lei nº 11.161/2005, a Lei nº 13.415/2017 especifica apenas o inglês, obrigatoriamente, no ensino fundamental e, para o ensino médio, **a instituição de educação básica pode ofertar outro idioma em caráter optativo**, preferencialmente, o espanhol. Essa mudança, conforme mencionamos, vindo de uma MP, indica claramente a valorização de uma língua em detrimento de outra(s). [...] **As demais línguas, como optativas, se resumem a uma curiosidade.** (KANASHIRO; MIRANDA, p. 299, destaque nosso)

Percebemos, assim, que com a falta da obrigatoriedade de outras línguas estrangeiras na Base Nacional Comum Curricular, elas acabam sendo colocadas apenas como uma “opção” para as instituições de ensino, fazendo com que ocorra o apagamento do espanhol e

⁸Significado: 1.colocação de (imagem, ícone, quadro de santo) em altar ou lugar de honra. 2. ato ou efeito de enaltecer, de engrandecer; enaltecimento, exaltação, engrandecimento.

⁹Disponível em: <https://korntraducoes.com.br/idiomas-da-america-do-sul-into-alem-do-portugues-e-do-espanhol/#:~:text=Idiomas%20da%20Am%C3%A9rica%20do%20Sul%3A%20into%20al%C3%A9m%20do%20portugu%C3%AAs%20e%20do%20espanhol&text=O%20Brasil%20%C3%A9%20o%20maior,o%20Chile%20e%20a%20Venezuela>. Acesso em 23 de fev. de 2023.

outras línguas estrangeiras no currículo nacional. Portanto, devemos nos atentar a esse perigo eminente presente na Base, pois, os professores com formações em línguas adicionais estão nesse momento “escanteados” pela Base, dependendo da escolha das redes em ofertar ou não suas disciplinas. Assim, fica atribuído apenas aos estados e municípios incluírem iniciativas que promovam o ensino de outras línguas em suas redes, visando contribuir para uma educação baseada na pluralidade linguística e cultural.

Vale a pena destacar que, segundo dados do INEP, 60%¹⁰ dos candidatos que prestam o ENEM, escolhem o espanhol como língua estrangeira por acreditarem ser mais fácil de responderem às questões, já que a língua espanhola e a língua portuguesa possuem a mesma origem.

Outro ponto de destaque, que merece a nossa atenção, é a concepção de língua inglesa como língua franca¹¹ trazida pelo referencial curricular:

O tratamento dado ao componente na BNCC prioriza o foco da função social e política do inglês e, nesse sentido, passa a tratá-la em seu **status de língua franca**. [...] A segunda implicação diz respeito à ampliação da visão de letramento, ou melhor, dos multiletramentos, concebida [...] nas práticas sociais [...] que aproximam e entrelaçam diferentes semioses e linguagens. [...] A terceira implicação diz respeito a abordagens de ensino. Situar a língua inglesa no seu **status de língua franca** implica compreender que determinadas crenças – como a de que “há um inglês melhor para se ensinar” – precisam ser relativizadas. (BRASIL, 2018, p. 241-242, destaque nosso)

Assim, ao eleger o conceito de Inglês como Língua Franca (ILF) dentro do componente curricular de língua inglesa na BNCC, nos deparamos com uma inovação:

É importante estarmos atentos para várias questões que circundam tal mudança, em especial quanto à definição do termo ILF e todas as implicações dele advindas, notadamente ainda pouco compreendidas no nosso contexto educacional como um todo, principalmente por professores/as que, não podemos esquecer, são os agentes de linha de frente nas nossas escolas e, portanto, os primeiros a serem afetados por essas mudanças. ILF é um fenômeno, um campo de estudos consolidado em muitos contextos e em franca expansão em outros como, por exemplo, o Brasil. Em poucas palavras, ILF pode ser definido como o inglês usado como língua de contato e de escolha entre falantes de diferentes *backgrounds* linguístico-culturais, sendo, por isso, tomado por natureza como um fenômeno intercultural. (SIQUEIRA, 2023, p. 81)

¹⁰Disponível em: <[¹¹Língua Franca é um idioma de contato que um grupo de falantes multilíngues desenvolve ou elege intencionalmente para que todos consigam se comunicar uns com os outros. Em geral essa língua é diferente de todas as línguas faladas no grupo. Disponível em: <\[22\]\(https://verafreitas.com/voce-sabe-o-que-e-lingua-franca/>https://verafreitas.com/voce-sabe-o-que-e-lingua-franca/>> Acesso em: 15 de fev. de 2022.</p></div><div data-bbox=\)](https://www.abralin.org/site/nota-em-favor-da-manutencao-da-opcao-lingua-espanhola-no-novo-enem/#:~:text=Concretamente%2C%20segundo%20dados%20do%20INEP,revogada%20pela%20MP%20746%2F2016.>https://www.abralin.org/site/nota-em-favor-da-manutencao-da-opcao-lingua-espanhola-no-novo-enem/#:~:text=Concretamente%2C%20segundo%20dados%20do%20INEP,revogada%20pela%20MP%20746%2F2016.>> Acesso em 9 de mar. de 2023.</p></div><div data-bbox=)

Desse modo, a presença do conceito de ILF na Base Nacional Comum Curricular é um grande desafio para nossos professores de língua inglesa. Pois, como os docentes irão compreender/trabalhar com um referencial curricular que incentiva usos criativos, híbridos e locais do inglês em sua posição de língua franca se, simultaneamente, o próprio referencial organiza linearmente e hierarquicamente: temas, objetos de conhecimento e habilidades, com conteúdos linguísticos fixos. Portanto, é importante atentarmos ao efeito do conceito de língua franca na BNCC, que extrapola os limites do próprio componente curricular Língua Inglesa proposto pela Base. Ou seja, é necessário explicitar que embora o *status* de língua franca seja bastante motivador, ele por si só não deveria justificar a exclusividade da língua inglesa na base da educação básica brasileira. Em relação a isso, Siqueira (2023, p. 85) destaca que:

É importante deixar bem claro que essa discussão não busca de forma alguma demonizar o inglês nem minimizar a sua importância como língua que pode, sim, construir e consolidar pontes para que as pessoas exerçam sua cidadania ativa num mundo hoje considerado globalizado. No fundo, o objetivo principal é provocar uma reflexão crítica que nos leve a compreender que o nosso conformismo ou indiferença frente à implementação de uma política de “língua única” na educação de LE no Brasil, em especial, nesse momento em que se tenta valorizar e expandir iniciativas voltadas para educação multilíngue no país, não apenas nos tornam cúmplices de uma prática que reforça mais ainda a crença na hierarquia entre diferentes línguas.

Deste modo, quando o inglês aparece de forma exclusiva na BNCC como língua franca, ligado ao conceito de educação linguística para a interculturalidade, reconhecendo-se amplamente a importância da “reflexão crítica sobre diferentes modos de ver e analisar o mundo, o(s) outro(s) e a si mesmo” (BRASIL 2018, p. 242), entra diretamente em conflito com o que é proposto nas premissas do referencial. Pois, dá-se certa hierarquia entre a língua inglesa e as demais, ou seja, oferecendo posição de superioridade a apenas uma língua. Nesse sentido, indo de contra aos conceitos estabelecidos de “Língua Franca”.

Este é um debate abrangente e instigante que reúne forças relacionadas a políticas educacionais, multilinguismo, educação multilíngue e assim por diante. Como já dissemos, essas questões implicam diretamente no trabalho de professores de línguas, os quais são precisamente os primeiros a lidarem com a arte do ensino e aprendizagem de línguas e todas as suas dificuldades.

1.2. A Reforma do ensino Médio

Aprovada pelo então Presidente do Brasil, Michel Temer, logo após o impeachment em 2016, contra a então presidente Dilma Rousseff a Lei n.º 13.415/2017 (BRASIL, 2017), conhecida como Reforma do Ensino Médio, alterou a LDB e estabeleceu significativas mudanças nessa etapa da escolarização.

1.2.1 Itinerários formativos, interdisciplinaridade e projeto de vida.

Dentre as alterações no ensino médio, destacamos o acréscimo de 1000 horas, que elevou para 3000 horas ao longo dos três anos; essa carga horária contempla 1800 horas das disciplinas contidas na BNCC e as 1200 horas restantes são destinadas aos itinerários formativos.

Por sua vez, os itinerários formativos consistem na segunda grande mudança ocasionada pela reforma. No novo ensino médio, os estudantes poderão escolher entre cinco itinerários, a saber: 1) Linguagens; 2) Matemática; 3) Ciências da Natureza; 4) Ciências Humanas e Sociais; e, 5) Formação Técnica e Profissional. Entretanto, os alunos deverão escolher a partir dos itinerários oferecidos pelas escolas que não são obrigadas a possuírem todos. Além disso, também fica a critério das instituições de ensino a forma de divisão das 1200 horas ao longo dos três anos.

No estado de Pernambuco, a implementação desse novo formato vem ocorrendo desde o início de 2022. Desta forma, o estado foi um dos primeiros a aderir à reforma, consequentemente, a duração do turno de aulas cresceu de quatro para cinco horas diárias. O currículo de Pernambuco, etapa do Ensino Médio, está organizado em quatro partes: 1) são colocadas as concepções de currículo, formação de professores, avaliação e aprendizagem; 2) são tratadas questões relacionadas à identidade e aos sujeitos do ensino médio. Depois, as duas últimas partes são destinadas à Formação Geral Básica – FGB e aos Itinerários Formativos – IF. Consta também nos anexos do documento, a apresentação das Trilhas Formativas. As responsabilidades de escolha das Trilhas a serem oferecidas são das redes de ensino. Além disso, de acordo com pesquisadoras:

As escolhas das Trilhas acabam por revelar uma situação desigual de implementação e construção de conteúdos pedagógicos relevantes aos/às jovens, **cujo direito de escolha não será efetivamente concretizado, ocorrendo mediante os**

condicionantes da escola na qual estiverem matriculados/as. (LIMA e GOMES, 2022, p. 333, destaque nosso)

Ou seja, embora o currículo de Pernambuco afirme que há possibilidade de “escolhas das trilhas” para os alunos, essas possibilidades se dão apenas pelas trilhas ofertadas nos estabelecimentos de ensino aos quais eles tiverem acesso. Portanto, o real direito de escolha desta forma não se concretiza.

A terceira alteração propiciada pela reforma diz respeito à obrigatoriedade de algumas matérias, pois, a legislação torna clara que apenas três disciplinas devem ser oferecidas em todo o ensino médio, que são língua portuguesa, língua inglesa e matemática. A mesma lei destaca que é preciso incluir estudos de sociologia, filosofia e artes, salientando que não é obrigatório ofertar a matéria em si dessas disciplinas, mas abordá-las de maneira interdisciplinar através de estudos e práticas. Entretanto, ressaltamos que a palavra “interdisciplinaridade” não aparece na Base, mas se entende que a proposta curricular nacional tem um caráter interdisciplinar pela organização dos componentes curriculares em grandes áreas. Como observam Mittitier e Lourençon (2017, p. 5 destaques nossos):

Na BNCC, as temáticas contempladas em habilidades de todos os componentes curriculares couberam aos sistemas de ensino e escolas, porém, o processo, o método, não foi tratado no documento. Nesse cenário instaurou-se a preocupação do presente trabalho, **uma vez que os preceitos de interdisciplinaridade presentes em documentos norteadores do currículo até então vigentes no país traziam a relevância desse princípio para a prática pedagógica e a construção do conhecimento.** Com os temas integradores subsumidos do documento analisado, as perspectivas para a aprendizagem interdisciplinar parecem ter tomado proporção ainda menor. As implicações desse fato precisam ser questionadas e estudadas.

Ou seja, as autoras entendem que a noção de interdisciplinaridade apontada na Base torna-se apenas uma alusão, pois, na realidade, a proporção desta prática nas instituições de ensino é menor do que sugere o discurso oficial.

Além disso, a proposta do Novo Ensino Médio dá grande ênfase à abordagem do tema “Projeto de Vida” ao longo de todo referencial, sem, no entanto, oferecer maiores explicações sobre qual tipo de abordagem deve ser oferecida a este tema. Nesse sentido, identificamos que a expressão “projeto de vida” aparece 17 vezes na BNCC em diferentes posições. Uma das principais referências é feita no trecho seguinte que define o tema como um “eixo central” da escolarização no ensino médio:

O projeto de vida Na BNCC
o protagonismo e a autoria estimulados no Ensino Fundamental traduzem-se, no Ensino Médio, como suporte para a construção e viabilização do projeto de vida dos

estudantes, **eixo central** em torno do qual a escola pode organizar suas práticas.(BRASIL, 2018, p. 472 destaque nosso)

Na sequência, a expressão projeto de vida será retomada em muitos pontos, tais como na competência:

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS PARA O ENSINO MÉDIO

6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu **projeto de vida**, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2018, p. 570 destaque nosso)

Além da habilidade “(EM13LGG503) Vivenciar práticas corporais e significá-las em seu **projeto de vida**, como forma de autoconhecimento, autocuidado com o corpo e com a saúde, socialização e entretenimento (BRASIL, 2018, p. 495 destaque nosso).”

Como vemos, na Base Nacional Comum Curricular o projeto de vida é apontado como um eixo central da escolarização no ensino médio, além disso, há muitos argumentos para defender a importância desse tema na educação de jovens, entretanto, a Base não deixa clara como deve ser operacionalizada sua abordagem. Da mesma forma, a Lei 13.415/17 faz referência a esse eixo:

§ 7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para **a construção de seu projeto de vida** e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. (BRASIL, 2017, destaque nosso).

Mas, percebemos que aqui também persiste o caráter de imprecisão quanto à forma de tratar esse eixo na escola. Estamos abordando esse tema intrigante, pois o projeto de vida está sendo tratado como disciplina pelas redes de ensino no estado de Pernambuco e em alguns outros estados. Embora, como vimos, esse tema não é explicitamente tratado como disciplina na Base ou na Lei 13.415/17.

Sobre o tema, a colunista Emily Santos do jornal G1 aponta aspectos críticos na operacionalização que os estados têm feito:

A legislação que determinou a implementação da disciplina não é tão detalhada. Ela deixa, por exemplo, a cargo das instituições de ensino a definição de como e quando o projeto de vida será incluído na grade. Também não estipula o perfil do profissional que dará a aula. Secretarias estaduais têm escolhido entre os seus docentes aqueles

que tenham características como dinamismo, empatia, habilidade de escuta, resiliência e abertura ao diálogo. Algumas redes dizem fornecer capacitação, mas tem professores que relatam sentir falta desse preparo. (SANTOS, 2022)

Isto é, esta matéria reafirma todas as discussões que levantamos acima acerca desse tema na BNCC do ensino médio, que tem se mostrado de implementação desafiante.

1.2.2 A desconsideração das reformas pelas condições de trabalho docente e do acesso dos estudantes.

Outro ponto, que devemos nos atentar no novo ensino médio, diz respeito às condições de trabalho dos docentes. Com a reforma, os professores podem ser afetados pela flexibilização trabalhista já utilizada em outras áreas. De acordo com Ferretti (2018, p. 37) “Quatro são as situações em que o trabalho docente é afetado pela flexibilização quantitativa externa.” Para ele, a primeira refere-se à exclusão da obrigatoriedade de disciplinas como: sociologia, filosofia, educação física e artes. Pois, desta forma, os professores que atuam nestas áreas terão suas oportunidades de trabalho reduzidas. A segunda é em relação à diminuição de ofertas de postos de trabalhos com a instituição dos itinerários formativos, visto que as escolas dificilmente poderão ofertar simultaneamente os cinco itinerários. A terceira situação remete ao caso específico do itinerário “formação técnica e profissional”, pois conforme o inciso IV¹² pela Lei no artigo 61 da LDB 9394/1996, surge a possibilidade de que essa disciplina seja ofertada por “*profissionais detentores de notório saber*”, ou seja, abrindo assim uma diminuição nas oportunidades de trabalho para professores licenciados e concursados.

Em relação à quarta e última situação, trata-se do trabalho docente que pode ser visto como algo positivo e negativo diante dessa flexibilização. Pode ser positiva a mudança no artigo 318 CLT, proposta no art. 8º da Lei 13.415, que permite aos professores que lecionam em uma mesma escola em turnos diferentes. Entretanto, se os docentes dobrarem suas horas em sala de aula, isso deixa de ser favorável e passa a se tornar uma sobrecarga de trabalho, tornando-se assim um ponto negativo.

¹²IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em 24 de fev. de 2023.

Vale ressaltar que, embora essa proposta de reforma do ensino médio seja recente, os discursos que permeiam a questão são antigos, sendo discutidos há mais de duas décadas. Por isso, Silva (2018, p. 2) destaca que “sob a aparência de novo, a atual reforma do ensino médio acoberta velhos discursos.” Isso porque os desafios dessa etapa da escolarização são recorrentes, conforme apontam estudiosos:

A identidade do Ensino Médio, na atual reforma, será constituída pedagogicamente com base em um currículo diversificado e flexibilizado. Esse é considerado o grande eixo das mudanças no Ensino Médio. Socialmente, a identidade do Ensino Médio estará condicionada à incorporação das necessidades locais – características dos alunos e participação de professores e famílias na configuração do que é adequado a cada escola. O novo currículo envolve a base comum nacional e a parte diversificada, com conteúdos e habilidades a serem definidos clara e livremente pelos sistemas de ensino e pelas escolas, dentro dos princípios pedagógicos de identidade, diversidade e autonomia, como forma de adequação às necessidades dos alunos e ao meio social. (DOMINGUES; TOSCHI; OLIVEIRA, 2000, p. 68)

Se atentarmos para a data de publicação da citação, perceberemos que o texto trata de uma reforma já realizada no início dos anos 2000. Agora, comparando os argumentos utilizados para justificar aquela reforma com os mobilizados para defender a reforma atual: diversificação e flexibilização curricular. Parece-nos que persiste uma tendência de atribuir grande responsabilidade às propostas e diretrizes curriculares, já observadas por Ferretti (2018, p. 31, destaque nosso):

Embora a BNCC e a minuta da proposta das novas Diretrizes Curriculares a serem examinadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2018 contemplem a concepção de juventudes, cabe apontar que os pesquisadores que se voltam para o estudo do fenômeno não têm se preocupado apenas com as questões de ordem cultural, mas com a raiz das diferenças que as demarcam, entre elas a etnia, a condição econômica e social, a orientação sexual. **O tratamento que conferem à questão educacional e à forma pela qual essa atende ou não as necessidades das diferentes juventudes é muito mais amplo e complexo do que uma reforma curricular precária, preocupada com o número e a distribuição de disciplinas pela matriz curricular.**

Por fim, as justificativas apresentadas pelo governo para a reforma seria a suposta “defasagem” desse nível de ensino que estaria desconectado da sociedade atual. Portanto, o governo determinou que a implementação da Lei n.º 13.415/2017, iniciasse no começo de 2022, e assim foi feito. Compreendemos o Ensino Médio como a última etapa da educação básica brasileira, é importante destacar que a grande maioria da população brasileira só chega até esse nível de educação, não chegando a realizar um curso superior¹³, por razões de desigualdades sociais, questão intrínseca a nosso país.

¹³ <https://www.metropoles.com/dino/ocde-aponta-que-21-dos-brasileiros-possuem-ensino-superior>.

Embora o discurso oficial do Ministério da Educação seja bastante motivador, existem vários fatores que afetam a qualidade do nosso Ensino Médio. Alguns desses fatores são: evasão escolar (gravidez na adolescência, problemas familiares etc.), infraestrutura inadequada das escolas, conciliação entre trabalho e estudos pelos jovens, desigualdade social. Em relação a isso, Ferretti diz que:

Apesar dos elementos acima apontados, a Lei parece insistir na perspectiva de que o conjunto dos problemas presentes no Ensino Médio público poderá ser resolvido por meio da alteração curricular, contrariando, de um lado, as experiências vividas por governos anteriores que já trabalharam com semelhante tipo de abordagem e, de outro, com a própria secundarização do que a literatura educacional entende por currículo. (2018, p. 27).

Ou seja, Ferretti explicita o óbvio: o problema na qualidade do Ensino Médio não será solucionado apenas com uma reformulação curricular. É necessário que o Governo tome outras medidas paralelas para driblar essa defasagem na qualidade desse nível da escolarização que vem ocorrendo há muitos anos.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo, apresentamos os princípios e procedimentos metodológicos observados nesta investigação. Inicialmente, discutimos sobre a abordagem qualitativa nas ciências da linguagem e sobre a validade dos questionários como instrumentos de pesquisa; na sequência, descrevemos o processo de geração de dados e os procedimentos de análise utilizados.

2.1 Tipo de pesquisa.

Nossa pesquisa inicialmente remete a um caráter quantitativo, por tratar de um número exato de dados coletados. Entretanto, a nossa abordagem torna-se qualitativa-narrativa, pois, cada dado será analisado singularmente. É necessário, ainda, destacar que a revisão de literatura é a parte essencial de qualquer modalidade de pesquisa, afinal, não existe pesquisa se não acontecer revisão de literatura. Partindo desse princípio, optamos por gerar nossos dados do tipo narrativo. Segundo Paiva:

Os dados de uma pesquisa narrativa podem ser gerados por meio de gravações em áudio ou vídeo, entrevistas (geralmente semiestruturadas), orais ou escritas, observação de sala de aula, textos e documentos escritos ou multimodais, incluindo as autobiografias e os diários de professores ou de aprendizes. Pode-se também usar uma combinação desses instrumentos. (2019, p. 92).

Nesse sentido, Lieblich, Tuval-Mashiach e Zilber (1998) dividem a pesquisa narrativa em holística e categorial, e cada uma delas em foco na forma ou foco no conteúdo. A pesquisa holística tem por unidade de análise uma narrativa integral e a categorial utiliza excertos.

Deste modo, nossos dados foram coletados de maneira holística, através de um questionário na plataforma *Google Forms* e entrevistas presenciais, analisamos integralmente cada resposta oferecida pelos professores. Em relação a isso, Paiva (2019, p. 91) destaca que “é preciso ter sensibilidade para interpretar os dados e, muitas vezes, ir além das palavras para entender o que o narrador está de fato querendo nos dizer.” Ou seja, é necessário cuidado ao interpretar as respostas obtidas, para não acontecer equívocos ou excessos de interpretação que mudem o real sentido do dado coletado. Ainda de acordo com Paiva (2019, p. 94):

Seja qual for o tema ou a forma de coleta, a pesquisa narrativa tem o mérito de dar voz ao participante e levar o pesquisador a entender determinados fenômenos por meios de experiências narradas. Por isso mesmo, ela é entendida como colaborativa, pois é um trabalho conjunto entre pesquisado e pesquisador.

Portanto, compreendemos assim que o mérito de nossa pesquisa consiste em dar voz aos professores participantes que depositaram em nosso trabalho esperança ao compartilharem seus relatos de experiências em suas práticas pedagógicas. Colaborando assim, para obtermos uma visão, mesmo que parcial, da percepção dos professores do sertão de Pernambuco sobre a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio.

2.3 A validade dos questionários como instrumentos de pesquisa

Estudiosos como Oliveira *et al.* (2016) consideram a coleta de dados como um dos momentos mais importantes da realização de uma pesquisa, pois é nessa ocasião que o pesquisador obtém as informações necessárias para o desenvolvimento do seu estudo. Considerando a relevância dos instrumentos de geração de dados, optamos, inicialmente, por utilizar questionários, compreendidos com um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, normalmente respondidas por escrito autonomamente pelo participante. Falando sobre questionários tradicionais, Oliveira *et al.* (2016, p. 8) apresenta a forma de utilização desse instrumento:

Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor, no sentido de que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável. As perguntas devem ser claras e objetivas, a linguagem utilizada deve ser a mais clara possível, com vocabulário adequado ao nível de escolaridade dos informantes, as perguntas não podem sugerir ou induzir as respostas, as perguntas devem manter uma sequência lógica.

Nessa pesquisa, utilizamos o instrumento de questionários digitais, através da plataforma *Google Forms* porque consideramos os seguintes benefícios: 1. atingir maior número de pessoas simultaneamente; 2. liberdade nas respostas pelo anonimato; e, 3. otimização do tempo dos profissionais para responder às questões. De acordo com Andres *et al.* (2020, p. 6) “é importante que os docentes e os discentes se apropriem dessa ferramenta do *Google*, pois ela apresenta um grande potencial em relação às pesquisas a distância e possui um vasto campo de abrangência, a fim de que possam vir a inovar em suas práticas.”

Entretanto, alguns professores preferiram ser entrevistados presencialmente, por isso, agregamos à pesquisa esse outro instrumento de coleta de dados, realizando as entrevistas em suas instituições de ensino. Dessa feita, os mesmos estudiosos definem a entrevista como:

(...) um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (OLIVEIRA *et al.*, 2016, p. 11)

Consideramos o acréscimo desse instrumento como produtivo para nossa investigação porque a coleta dos dados realizada através das entrevistas possui um caráter interpessoal, que contribui para a qualidade e fluidez das respostas. Ainda segundo Oliveira *et al.*, (2016, p. 11) ao realizar entrevistas há maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente; especificar algum significado, como garantia de estar sendo compreendido. Dessa forma, entendemos que os dois instrumentos utilizados se complementam e tentamos observar o mesmo roteiro de perguntas nas duas modalidades (Anexo 1).

2.4 Procedimentos de coleta do material/corpus

No período de 28 de março a 5 de julho de 2022, convidamos professores das cidades pernambucanas de Serra Talhada, São José do Belmonte, Floresta e Carnaubeira da Penha a responder às perguntas de nosso roteiro. Nessa ocasião, considerando os princípios éticos definidos na Resolução 466/12 do CNS, esclarecemos os objetivos da pesquisa, a participação voluntária, bem como a garantia do anonimato.

Conseqüentemente, um total de dez professores aceitaram participar deste estudo através da resposta ao questionário no *Google Forms* ou através da realização de entrevista pessoal. Na tabela seguinte, apresentamos uma descrição da atuação profissional dos participantes:

Tabela 1. Caracterização dos professores entrevistados

IDENTIFICAÇÃO	FORMAÇÃO DOCENTE E ANO DE CONCLUSÃO	TIPO DE INSTITUIÇÃO QUE O DOCENTE ATUA.	DISCIPLINA(S) QUE LECIONA
P1	Licenciatura plena em letras (2016)	Privada	Língua inglesa e Língua espanhola
P2	Licenciatura em letras (2002)	Pública	Língua portuguesa
P3	Licenciatura em letras (2016)	Pública	Língua portuguesa
P4	Licenciatura em letras (2010)	Pública	Língua portuguesa
P5	Licenciatura em letras (não informou ano de conclusão)	Pública	Língua portuguesa e Nivelamento em LP
P6	Licenciatura plena em letras (2018) Mestre em literatura (2020)	Privada	Língua portuguesa e Literatura
P7	Licenciatura em letras (não informou ano de conclusão)	Privada	Língua inglesa
P8	Licenciatura em letras (2007)	Pública	Língua inglesa, projeto de vida e Estudo dirigido
P9	Licenciatura em letras (2015)	Pública	Língua portuguesa e protagonismo
P10	Especialização em Linguística (2015)	Pública	Língua portuguesa

Fonte: elaboração própria.

Na primeira coluna, atribuímos um número de 1 a 10 a cada um dos participantes conforme a ordem em que recebemos as respostas. Seguimos padrões éticos de pesquisa que nos orientam a preservar as identidades dos participantes, por isso, ao longo deste texto, os professores serão identificados apenas pelos números correspondentes.

Na segunda coluna, apresentamos a formação destes profissionais. Observamos que todos têm formação específica em Letras, mas a maioria deles, oito, têm apenas a graduação, um é especialista na área de linguística e outro é mestre em Teoria da Literatura.

A terceira, que trata da atuação profissional deles, foi a que mais despertou nossa atenção, porque, apesar da maioria dos professores trabalharem em instituições públicas,

apenas quatro deles lecionavam língua portuguesa e um ministrava língua inglesa, que são as disciplinas da habilitação dupla da licenciatura em Letras. Os demais professores atuavam simultaneamente, em disciplinas que não são de sua formação, tais como: Espanhol¹⁴, Projeto de Vida, Estudo Dirigido e Protagonismo.

Conforme já discutimos no tópico 1.2, um dos pontos negativos da reforma do ensino médio para o exercício da docência destacados por Ferreti (2018) é a exclusão da obrigatoriedade de disciplinas como: sociologia, filosofia, educação física e artes. Pois, desta forma, os professores que atuam nestas áreas terão suas oportunidades de trabalho significativamente reduzidas. Essa diminuição de ofertas de postos de trabalhos para os profissionais com tais formações causam inseguranças nos professores.

Na sequência, vamos analisar sistematicamente algumas das respostas oferecidas pelos participantes. Nosso critério de seleção diz respeito ao caráter de aproximação e/ou distanciamento das falas dos profissionais aos discursos oficiais dos órgãos governamentais sobre a Base Nacional Comum Curricular e sobre a reforma do Ensino Médio.

¹⁴A licenciatura dupla da UFRPE/UAST não tem o perfil de habilitação em língua espanhola.

3. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA VISÃO DE PROFESSORES

Este capítulo tem caráter analítico, no qual vamos discutir algumas das respostas oferecidas por nossos dez participantes. Para tanto, inicialmente categorizamos as respostas em blocos, conforme mostrassem maior ou menor adesão aos discursos oficiais sobre a BNCC e a reforma do Ensino Médio. Depois, procedemos à análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Vamos tratar os dados de forma qualitativa, ou seja, cada resposta será analisada em sua singularidade sem estabelecer critérios valorativos, nem comparativos.

3.1. BNCC e reforma do Ensino Médio: aproximações e distanciamentos dos discursos oficiais.

Através dessas entrevistas, percebemos que, embora o discurso oficial do Ministério da Educação seja bastante motivador, os professores possuem inseguranças em relação à implementação do Novo Ensino Médio. Essas inseguranças advêm de pontos que a reforma afirma melhorar em tese, mas que, na prática, os docentes não acreditam em sua concretude. Entretanto, com relação à BNCC, os professores mostraram conhecimento sobre o referencial curricular, revelando grande aceitação ao documento, com pequenas ressalvas quanto a sua organização e estruturação.

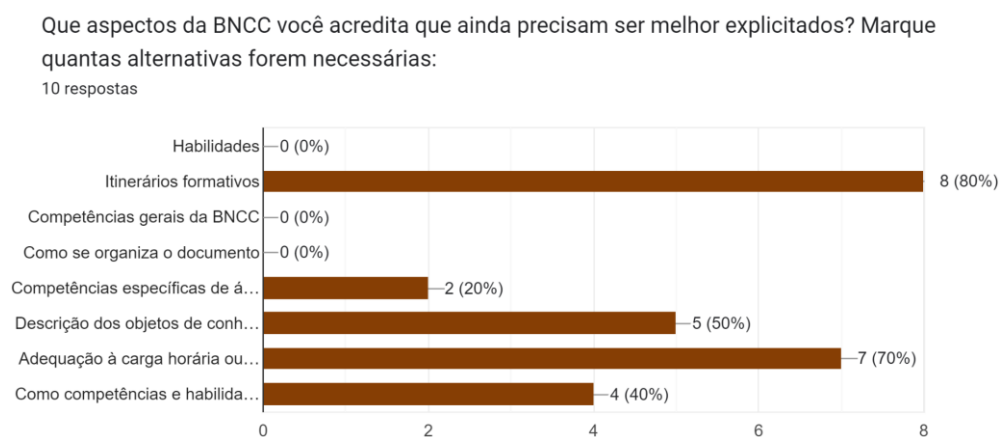
Inicialmente, quando perguntamos se os professores conheciam a BNCC ou textos sobre o documento, todos afirmaram que sim. Destacaram ainda que haviam lido também alguns artigos e textos introdutórios do próprio documento. Informaram que participaram de formações sobre a Base promovidas pelas redes de ensino públicas e privadas nas quais atuam. Elogios sobre a organização do referencial curricular foram recorrentes entre os professores, como podemos observar:

P1 Acho organizado, principalmente por ser dividido em pontos específicos.
P7 Ela é bem organizada, com algumas ressalvas em relação à aplicação do que é proposto.

Conforme percebemos, as opiniões dos P1 e P7 parecem reconhecer certa consistência do texto da Base, entretanto, enquanto o P1 tem uma visão mais positiva em relação à organização do documento, o P7 concorda, mas sugere um questionamento acerca da possibilidade do trabalho pedagógico norteado por tal documento, o que ele chama de “aplicação”.

Na sequência, ainda tratando das opiniões acerca do referencial curricular nacional, registramos os aspectos nos quais os docentes sentiram necessidade de esclarecimentos adicionais, no gráfico:

Gráfico 1: Aspectos da BNCC que carecem de explicações adicionais



Fonte: Elaboração própria.

Diante do gráfico, notamos que oito professores marcaram itinerários formativos, sete: adequação à carga horária ou Novo Ensino Médio, cinco selecionaram descrição dos objetos de conhecimento, quatro têm dúvidas sobre como as competências e habilidades estão relacionadas entre si e apenas dois optaram por receber maiores esclarecimentos sobre as competências específicas das áreas. Constatamos assim que as maiores dúvidas dos professores na BNCC são tópicos relacionados à reforma do ensino médio. Ressaltamos ainda que nenhum dos professores selecionaram os tópicos: 1) Habilidades, 2) Competências gerais da BNCC ou 3) Como se organiza o documento.

3.1.1 A suposta necessidade de uma reforma, interdisciplinaridade e inclusão de projeto de vida como eixo estruturante do ensino médio.

No primeiro momento, agregamos depoimentos de professores que demonstram grande adesão aos discursos oficiais sobre a BNCC e a reforma do ensino médio, como vemos:

P4 Não vejo nenhum aspecto negativo. Sou totalmente a favor da reforma do Novo Ensino Médio. Acredito que o Ensino Médio realmente estava necessitando de uma mudança para se tornar mais atrativo para os jovens.

Apesar desse depoimento tão favorável à reforma do ensino médio, nos parece que o argumento em que o profissional se baseia é sua declarada insatisfação em relação ao antigo modelo do ensino médio, ou seja, ele parece concordar com a urgência de estabelecer mudanças nessa etapa da escolarização brasileira.

Ainda, outro depoimento favorável à reforma diz respeito ao tratamento das línguas estrangeiras:

P1 Acho necessária, pois fazem parte do conhecimento base para o entendimento de outras áreas. A língua inglesa, por sua vez, foi privilegiada no conhecimento de línguas estrangeiras, pois a partir do conhecimento dela, ampliará o conhecimento de mundo e o desenvolvimento de outras competências.

Nesse depoimento, o P1 apresenta uma visão equivocada sobre a disciplina de língua inglesa após a reforma. Ele(a) alega que a língua inglesa foi “privilegiada” na Base, entretanto o que é chamado de privilégio, na verdade, é a exclusão de outras línguas estrangeiras como o espanhol e o francês, por exemplo conforme já discutimos neste trabalho (tópico 1.1). Dessa forma, vemos que esses dois depoimentos apoiam-se em argumentos frágeis: o primeiro apoia a reforma do ensino médio por conta de sua insatisfação com o antigo modelo; o segundo exalta o fato do inglês ter destaque em relação às demais línguas estrangeiras.

Entretanto, percebemos que esses mesmos docentes (P1 e P4) prosseguem apresentando outros pontos que consideram positivos, pois, de acordo com eles, tanto a BNCC quanto a reforma do Ensino médio favorecem um tratamento interdisciplinar dos componentes curriculares:

P1 Positivos, pois o aluno escolhe áreas afins que ajudarão na formação intelectual, pessoal e profissional. As disciplinas eletivas são trabalhadas temas importantes que vão além do tradicional, assuntos pertinentes a

formação pessoal. O projeto de vida ajudará o aluno escolher uma carreira, mostrando a ele as possibilidades que ele terá, assim estará pronto para escolher a formação acadêmica que irá seguir.

P4 Eu, particularmente, avalio de forma muito positiva, pois a BNCC busca manter um trabalho interdisciplinar por meio de um ensino mais contextualizado e menos separado em disciplinas. Assim, no Ensino Médio o foco se encontra nas quatro grandes áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. E há a parte flexível do currículo formada pelos Itinerários Formativos e Unidades Eletivas. Portanto, foi muito pertinente a estruturação do Ensino Médio dessa maneira.

Como sabemos, interdisciplinaridade é um conceito que busca a intersecção entre conteúdos de duas ou mais disciplinas para permitir que o aluno elabore uma visão mais ampla a respeito das temáticas¹⁵. Entendemos que os dois professores têm uma visão bastante otimista da interdisciplinaridade na Base. Entretanto, existe uma contradição entre o declarado conhecimento superficial dos profissionais sobre os itinerários formativos (gráfico 1) e o otimismo expresso pelo P4, que destaca positivamente tanto as propostas da BNCC quanto a nova estruturação do ensino médio.

Por sua vez, o P1 traz uma questão das que estão em maior evidência no novo ensino médio que é a inserção do tema projeto de vida como um dos eixos estruturantes dessa etapa da escolarização. Conforme já discutimos no primeiro capítulo (seção 1.2), o projeto de vida não é tratado como uma disciplina pela Base ou pela lei 13.415/17, entretanto, instituições públicas e privadas de alguns estados, inclusive em Pernambuco, estão operacionalizando a proposta do projeto de vida como um componente curricular.

Devemos fazer questionamentos acerca de até que ponto uma disciplina escolar pode influenciar os jovens que cursarem o novo ensino médio à escolha de uma profissão futura. O projeto de vida faz parte dos 40% diversificados da Base, portanto, o conteúdo que será ofertado nessa disciplina pode ser diverso entre todas as instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas.

Conforme já registramos neste trabalho, essa opção por vivenciar o tema como disciplina tem gerado dúvidas e inseguranças em professores brasileiros. Por isso, causa-nos estranheza o fato do P1 ter uma postura tão positiva em relação à inclusão de uma disciplina para a qual, provavelmente, não tem formação acadêmica para ministrar. Mas, como vimos na tabela 1, na verdade, a maioria dos participantes desta pesquisa estão ministrando disciplinas que não são de sua formação, por exemplo: Projeto de Vida, Estudo Dirigido e Protagonismo.

¹⁵Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/interdisciplinaridade/#:~:text=Boa%20leitura!-,O%20que%20%C3%A9%20interdisciplinaridade%3F,ampla%20a%20respeito%20dessa%20tem%C3%A1ticas.>> Acesso em 9 de mar. de 2023.

3.1.2 A promessa de maior equidade e igualdade no sistema de ensino brasileiro.

Outro importante tema presente nos discursos oficiais que teve grande adesão de nossos entrevistados é a promessa de que a Base Nacional Comum Curricular está comprometida em garantir maior equidade e igualdade a todos os estudantes brasileiros, como vemos:

P4 **Ela promove a igualdade educacional.** É uma referência segura, que irá nortear toda a prática pedagógica e sobre a qual todos os profissionais deverão trabalhar, garantindo que todos os alunos tenham acesso a um núcleo curricular comum. Também favorece um ensino mais humanizado, dentro da perspectiva da integralidade do ser, permitindo uma formação mais ampla de maneira a preparar o aluno para os desafios da vida e do mercado de trabalho.

P5 A base nacional comum curricular (BNCC) tem grande relevância para as escolas e educadores de todas as regiões do país, pois, além de ser obrigatório, norteia a elaboração de todos os currículos nacionais. Além disso, **a base define o que é essencial para os alunos, o que se trata de um grande passo para garantir a equidade e a igualdade.**

P6 A BNCC desempenha papel fundamental na nossa prática docente, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. **Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de educação básica, sem o que o direito de aprender não se concretiza.**

Conforme percebemos nas respostas acima, os P4 e P5 têm visões muito otimistas em relação ao discurso de igualdade e equidade promovido pelo MEC na Base. Notamos assim que os docentes acreditam veemente nessa noção de igualdade e equidade trazidas na BNCC. Isso porque, de fato, o discurso oficial da Base traz conceitos bastante motivadores em relação à equidade e igualdade, entendendo igualdade como tratar as pessoas como iguais, independentemente de quão diferentes elas sejam, e equidade seja tratar de forma diferente aqueles que não se encontram em situação de desigualdade, buscando assim oferecer as mesmas oportunidades para todos os estudantes brasileiros.

Notamos que os professores aderem à criação de uma Base Nacional Comum Curricular porque entendem que isso representa um avanço na construção de um sistema igualitário de ensino no país. Acreditamos que essa adesão dos professores ao discurso oficial da Base sobre equidade e igualdade seja necessária ao exercício da profissão, pois, os docentes precisam de motivação para realizar suas práticas pedagógicas diárias.

Mas, apesar de concordar com seus colegas, o P6 destaca que sem a garantia de ingresso e permanência na educação básica, esse direito não é cumprido, ou seja, esse profissional entende que tão somente a existência do referencial curricular nacional não garante que todos os brasileiros sejam igualmente atendidos pelo sistema de ensino. Como sabemos, para além das propostas curriculares, o bom funcionamento do sistema de ensino carece de políticas públicas eficientes, algumas delas intersetoriais.

3.2 Posições críticas às mudanças no ensino médio: possível promoção da exclusão social e ao tratamento das línguas estrangeiras.

Como vimos até agora, as falas dos professores, em muitos momentos, revelam adesão aos discursos oficiais sobre a BNCC e a reforma, contudo, há pontos específicos em que os profissionais demonstram distanciamentos desses discursos. Por exemplo, nos depoimentos seguintes, percebemos incertezas quanto à consolidação dos conceitos de igualdade e equidade dentro da sala de aula. Isso porque, ao lidarem diretamente com a teoria presente na Base e a prática (realidade) dentro das escolas, os docentes demonstram preocupação em relação até que ponto as propostas do novo ensino médio não contribuem ou fortalecem uma possível exclusão social:

P6 Sim! Há aspectos positivos no que tange às eletivas, por exemplo, pois quando são adequadas a realidade dos discentes irão somar. No entanto, no que se diz a respeito aos outros elementos, creio que o abismo entre a escola pública e a escola privada irá aumentar, acentuando as desigualdades no processo preparatório para o Enem, por exemplo.

P8 Precisa ser melhorada e, muito. No geral, reflete um processo de exclusão pensado propositalmente para os jovens. Exclui e reduz conhecimento que vai deixá-los mais distantes da Universidade e menos capacitados para concorrer com alunos utilizados que vão continuar recebendo os conteúdos e conhecimentos que foram reduzidos ou que vão ser excluídos pela BNCC, porque vão estar em cursos de inglês, etc. A BNCC não se preocupou com a desigualdade socioeconômica. É cruel com os mais pobres/escolas públicas.

O P6 concorda que há aspectos positivos, embora destaque que com a reforma surgirá um abismo em relação ao ensino oferecido pelas instituições públicas e privado, acentuando assim as desigualdades sociais, principalmente no processo preparatório para o ENEM, onde os alunos de redes públicas terão desvantagens em relação aos conteúdos oferecidos pelas redes privadas.

Identificamos na resposta do P8 insegurança quanto a essa garantia de igualdade defendida no discurso oficial da Base. Reconhecemos na fala do professor argumentos que estão presentes nos discursos contra a reforma que afirma que o novo modelo deixa ainda

mais evidente as desigualdades entre instituições públicas e privadas, sendo um dos principais argumentos para a abertura de consulta pública sobre a reforma.

Ainda coerente com suas críticas ao novo ensino médio, o P8 traz outro ponto importante de destaque que é o componente curricular de língua inglesa, vejamos:

P8 Tem aspectos positivos, como incorporação/valorização de determinadas metodologias. Mas **no caso do inglês é dramático. O aluno do 1º ano com uma só aula por semana é algo ridículo.** Se 2 aulas por semana já era pouco (países da Europa têm 6/8 aulas por semana de Inglês, tendo boa e ótima proficiência) então, a aula só é um processo de exclusão do aluno em relação a seu potencial, uma futura vida acadêmica, uma carreira profissional mais valorizada. **É parte de um processo proposital de exclusão socioeconômica e científico dos alunos do Ensino Médio a partir da implementação do novo sistema que é preocupante.**

Percebemos na fala do P8 a sua revolta em relação à diminuição da carga horária na disciplina de língua inglesa proposta pela Base, após a reforma. O professor traz à tona reflexões sobre o efeito de exclusão do aluno em relação ao seu potencial de desenvolver a disciplina se tivesse mais horas/aulas por semana. Evidenciando que os alunos mais afetados por isso, serão aqueles em condições de vulnerabilidade social. Ressaltando ainda que isso implicará futuramente em sua vida acadêmica e profissional, que será afetada pela exclusão da possibilidade de um contato maior com a língua inglesa durante a educação básica.

Por fim, trataremos agora de mais duas respostas críticas à reforma do ensino médio.

P7 Sim, é importante falar sobre essas decisões, mas particularmente não vejo ganho para, além disso, **a reforma do ensino médio, como tantas outras que aconteceram nos últimos anos, não irá melhorar as condições da educação pública, mas podem acentuar as desigualdades que já existem.**

P8 Sim, é muito necessário e relevante. Os movimentos que se preocupam em uma educação mais inclusiva e mais igualitária, em geral, oportunidade, culturais, sociais, econômicas e de acesso à cidadania plena, tem muito com o que se preocupar. Em resumo, **a reforma traz mais dúvidas e problemas do que soluções para o processo de fragilização da educação no país,** suas desigualdades e seu péssimo posicionamento no ranking de qualidade de educação entre países.

O P7 identifica aspectos positivos na reforma, mas demonstra não aderir ao discurso oficial, provavelmente por já está no sistema há algum tempo e ter vivenciado outras reformas que se mostraram ineficazes. Para ele, a nova reforma não irá melhorar as condições da educação brasileira, mas sim aumentar as desigualdades que já existem.

Coerente com todas as suas declarações anteriores, o P8 conclui que os movimentos que se preocupam com uma educação mais inclusiva e igualitária, precisarão de muita atenção

para que se consiga garantir uma educação com acesso à cidadania plena aos jovens brasileiros, pois, segundo ele, a reforma traz mais dúvidas e problemas do que soluções.

Percebemos que depoimentos como esses demonstram o desconforto de profissionais que lidam cotidianamente com a educação no país em operacionalizar uma reforma sem ao menos entender boa parte de suas propostas.

CONCLUSÃO

Ao finalizar a análise das respostas dos docentes, notamos que eles compraram a ideia de que existe a necessidade da criação de uma Base Nacional Comum Curricular, sim, eles aderem ao referencial curricular como uma referência nacional necessária para a ação pedagógica da prática docente no país. Percebemos que, no geral, os professores elogiam a interdisciplinaridade da Base. Entretanto, em relação a outros temas, eles demonstram opiniões diversas. Alguns professores acreditam na proposta de equidade e igualdade promovidas pela Base. Outros, não concordam por entenderem que essa proposta acaba acentuando as desigualdades, contribuindo e fortalecendo assim com a exclusão social.

Outro ponto destacado pelos entrevistados é o componente curricular de língua inglesa após a reforma. O P1 alega equivocadamente que a língua inglesa foi privilegiada no novo ensino médio. No entanto, essa afirmação é inadequada. Em oposição, o P8, assertivamente, destaca que essa diminuição de horas/aula de língua inglesa no novo ensino médio afetará exclusivamente os alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Além dos temas abordados que já citamos aqui, o projeto de vida também foi uma questão debatida durante nossas análises. Um participante elogia a inserção do projeto de vida. A nosso ver, erroneamente. Pois, como sabemos, na BNCC o projeto de vida é tratado como um dos eixos estruturantes do novo ensino médio. Ele não aparece na Base nem na Lei 13.415/17 como uma disciplina. Embora, as instituições públicas e privadas de alguns estados, inclusive em Pernambuco, estejam operacionalizando a proposta do projeto de vida como um componente curricular. Causa-nos estranhamento um professor elogiar e defender uma “disciplina” que não se tem, até o momento, formação adequada para ministrá-la.

Por fim, com as respostas fornecidas pelos entrevistados, notamos que suas falas corroboram com as discussões elencadas no decorrer desta pesquisa. Percebemos que a aceitação da Base Nacional Comum Curricular é unânime, pelos docentes, porém, em relação à reforma não. Concluímos que os professores mostraram mais insegurança do que adesão aos aspectos da nova reforma do ensino médio. Como vemos, os argumentos aqui discutidos são preocupações dos professores que atuam diretamente na educação básica desse país e que precisam ser consideradas para efeitos de resultados no âmbito escolar, pois são eles que lidam diariamente com os desafios que a atuação docente implica.

Pensando em todas essas questões, demos início a essa pesquisa, cujo mérito de nosso trabalho consiste em dar voz aos professores participantes que depositaram em nós esperança de alguma melhoria na educação, ao compartilharem os relatos de experiências das suas

práticas pedagógicas. Finalizamos trazendo essa importante reflexão de Paulo Freire "Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo" (1979, p.84). Isso significa que, enquanto professores, é nosso papel contribuir com a educação para vermos como o mundo se transforma através dela.

REFERÊNCIAS

ANDRES, Fabiane da Costa. *et al.* A utilização da plataforma Google Forms em pesquisa acadêmica: relato de experiência. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, e284997174, 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 28 fev. de 2023.

BNCC: O que é a Base Nacional Comum Curricular e qual é o seu objetivo, **SAE Digital**, Disponível em: <<https://sae.digital/bncc-o-que-e-qual-e-o-seu-objetivo/>>. Acesso em: 17 de jan. de 2023.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 15 jul. de 2022.

BRASIL, Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a Medida Provisória 746 que altera, dentre outras, a Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e revoga a Lei nº. 11.161, de 5 de agosto de 2005. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso: 23 de fev. de 2023.

BRUNIERI, Hermes T. Dos S. *BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E GRAMÁTICA: das controvérsias do currículo ao ensino de Língua Portuguesa*. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22: ed. 1836, 2022.

COSTA, Maria da Conceição dos Santos; FARIAS, Maria Celeste Gomes de; SOUZA, Michele Borges de. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: retrocessos, precarização do trabalho e desintelectualização docente. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n.10, p. 91-120, jan./jun. 2019.

DI RENZO, Ana Maria. Liceu Cuiabano: Língua Nacional, Religião e Estado. In: ORLANDI, Eni; ORLANDI, Eduardo Guimarães (Orgs.) **Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das ideias linguísticas**, Campinas, SP: Pontes, 2002.

DOMINGUES, José Juiz; TOSCHI, Nirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 70, Abril/2000.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**. Ed. 32, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?lang=pt>. Acesso em 15 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GERALDI, João Wanderley. O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular. **Revista Retratos da Educação**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 381-396, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 16 dez. 2019.

GOETTENAUER, Elzimar. Espanhol: língua de encontros. In: SEDYCIAS, João (Org.). **O ensino de espanhol no Brasil: passado, presente, futuro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 61-70.

GUEDES, Izaildes Cândida Oliveira; BRESSANIN, Joelma Aparecida; SOARES, Neures de Paula. Os sentidos do ensino de Língua Portuguesa na BNCC para o Ensino Médio. **Traços de Linguagem**, Cárceres, v. 3, n. 1, p. 35-46, 2019.

LIEBLICH, Amia; TUVAL-MASHIACH, Rivka; ZILBER, Tamar. *Narrative research: reading, analysis. and interpretation*. Thousand Oaks: Sage, 1998.

LIMA, Maria Da Conceição Silva; GOMES, Danyella Jakelyne Lucas. Novo Ensino Médio em Pernambuco: construção do currículo a partir dos itinerários formativos. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 315-336, mai./ago. 2022. Disponível em: <Retratos da Escola (emnuvens.com.br)> Acesso em 1 mar. 2023.

LOPES, Cristina Fernandes; GREGOLIN, Maria do Rosário GREGOLIN. A LEI N. 13.415/17 E A BNCC COMO AGENTES DE SILENCIAMENTO E INVISIBILIZAÇÃO DOS DOCENTES DE “LINGUA NO FRANCAS” Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, v. 6, n. 3, p. 292-317, set.-dez. 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/viewFile/48047/26975> > Acesso em: 15 jan. 2023.

MITTITIER, Juliana Gouvêa; LOURENÇON, Bárbara Negrini. Interdisciplinaridade na BNCC: Quais Perspectivas? **VI SEMATED**. Araraquara – SP, 08 a 13 de maio de 2017.

MORAES, Lucas. REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO? Ministério da Educação abre consulta pública para mudanças. **Jornal do Comércio**. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2023/03/15194688-revogacao-do-novo-ensino-medio-ministerio-da-educacao-abre-consulta-publica-para-mudancas.html>>. Acesso em 15 mar. 2023.

Novo Ensino Médio - perguntas e respostas, **Portal MEC**, Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361> >. Acesso em: 06 jan. 2023.

OLIVEIRA, José Clovis Pereira de. *et al.* O Questionário, o Formulário e entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. **III CONEDU**, 2016.

PAIVA, Vera Lucia Menezes de Oliveira e. **Manual de Pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

SANTOS, Emily. Projeto de vida no novo ensino médio: alunos comemoram; professores se queixam de falta de formação. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/08/04/projeto-de-vida-no-novo-ensino-medio-alunos-comemoram-professores-se-queixam-de-falta-de-formacao.ghtml>>. Acesso em 13 mar. 2023.

SILVA, Monica Ribeiro. A BNCC da Reforma do Ensino Médio: O Resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.34, ed. 21413, 2018.

SIQUEIRA, Sávio. A BNCC e o ensino de LE: o perigo da língua única. In: SILVA, Noadia Íris; MINUSSI, Rafael (Orgs). **Linguística na Educação Básica**. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 59-91, 2023.

ANEXO 1

ROTEIRO DE PERGUNTAS

1. E-mail do(a) professor(a) entrevistado(a).
2. Qual a sua formação acadêmica e o ano de conclusão?
3. Qual é sua atividade profissional atual?
4. Onde você trabalha atualmente? Se puder, cite a instituição.
5. Qual(is) disciplina(s) você leciona?
6. Você já leu a BNCC ou textos sobre a BNCC (quais os textos)?
7. Você já participou de formações ou encontros sobre a BNCC e a Reforma do Ensino Médio?
8. Caso tenha respondido afirmativamente à questão anterior, esses cursos foram oferecidos pela rede de ensino/escola em que trabalha ou você procurou autonomamente tais debates?
9. Como você avalia a organização do documento BNCC?
10. Que aspectos da BNCC você acredita que ainda precisam ser melhor explicitados? Marque quantas alternativas forem necessárias: (Gráfico)
11. Como você entende que a BNCC pode impactar sua prática docente?
12. Com a reforma do Ensino Médio, a carga horária foi ampliada para 3.000 horas, sendo 1.200 de itinerários formativos e 1.800 para a formação geral básica. Nesse contexto, a Língua Portuguesa é componente da formação geral básica, portanto, obrigatória nos três anos do EM; já a Língua Inglesa também compõe o ciclo de formação geral básica e o itinerário formativo de Linguagens e suas Tecnologias. Você considera essas distribuições adequadas ao desenvolvimento das habilidades e competências dos componentes Português e Inglês?
13. A homologação da Base e a reforma do Ensino Médio geraram polêmicas em diversos setores sociais no sentido de dividir opiniões críticas e protestos de apoio. Como profissional de educação, você considera que há aspectos positivos nesse movimento?

ANEXO 2

RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS

The image displays two screenshots of a Google Forms survey interface. The question being answered is "Qual a sua formação acadêmica e o ano de conclusão?" (What is your academic training and the year of completion?). The survey shows 10 responses.

Top Screenshot Responses:

- Licenciatura Plena em Letras/ 2016
- Letras- 2002
- Licenciatura em Letras/ 2016
- Letras - 2010
- Letras
- Licenciada em Letras português/inglês 2018 / Mestra em teoria da literatura 2020
- Letras português e inglês.
- 2007
- 2015

Bottom Screenshot Responses:

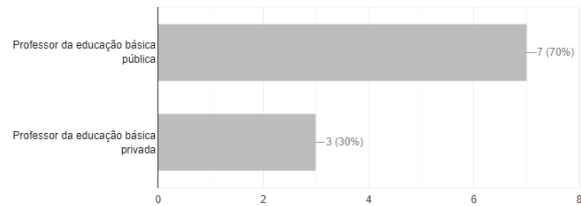
- Letras- 2002
- Licenciatura em Letras/ 2016
- Letras - 2010
- Letras
- Licenciada em Letras português/inglês 2018 / Mestra em teoria da literatura 2020
- Letras português e inglês.
- 2007
- 2015
- Pós graduada em Linguística (2015)

Both screenshots show the survey title "Avaliação", the "Respostas" (Responses) tab with a count of 10, and the "Total de pontos: 0" (Total points: 0) indicator. The browser address bar shows the Google Forms URL: docs.google.com/forms/d/1J0fz88XjTTAg6tRG7_4-7VfapoNstPMM1tj-Rl85Fmg/edit#responses.

Pós graduada em Linguística (2015)

Qual é sua atividade profissional atual?

0 / 10 respostas corretas



Onde você trabalha atualmente? Se puder, cite a instituição.

Onde você trabalha atualmente? Se puder, cite a instituição.

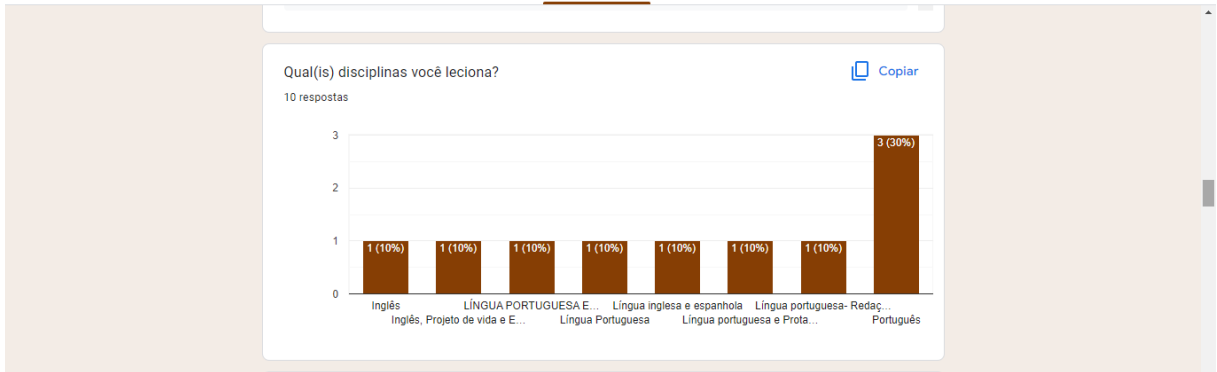
10 respostas

- Escola Literato
- Serra Talhada/Erem Cornélio Soares-
- Escola de Referência em Ensino Médio Doutor Walmy Campos Bezerra
- EREM Professor Aureliano Gonçalves dos Santos
- EREM PROFESSOR AURELIANO GONÇALVES DOS SANTOS
- Colégio de Aplicação de Serra Talhada, Facist e Fafopst
- Não respondeu a informação solicitada.
- Escola Capitão Nestor Valgueiro de Carvalho
- Escola Irnerio Ignácio

Onde você trabalha atualmente? Se puder, cite a instituição.

10 respostas

- Serra Talhada/Erem Cornélio Soares-
- Escola de Referência em Ensino Médio Doutor Walmy Campos Bezerra
- EREM Professor Aureliano Gonçalves dos Santos
- EREM PROFESSOR AURELIANO GONÇALVES DOS SANTOS
- Colégio de Aplicação de Serra Talhada, Facist e Fafopst
- Não respondeu a informação solicitada.
- Escola Capitão Nestor Valgueiro de Carvalho
- Escola Irnerio Ignacio
- Erefem Methódio de Godoy Lima



Você já leu a BNCC ou textos sobre a BNCC (quais os textos)?

10 respostas

Sim, li na universidade. Recordo textos sobre os temas transversais, meio ambiente, sexualidade

Trechos da BNCC e textos orientadores do livro didático

Sim (algumas partes)

Sim. As 10 competências e habilidades, seus fundamentos pedagógicos, estrutura do documento e itinerários formativos.

SIM.

OS FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA BNCC ./ * COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO MÉDIO ./ A ÁREA DE LINGUAGENS/ O COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO INTEGRAL./ LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO : PRÁTICAS DE LINGUAGEM, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES./ ITINERÁRIOS FORMATIVOS

Os textos que versam acerca do ensino de linguagens na educação infantil/fundamental e médio.

Você já leu a BNCC ou textos sobre a BNCC (quais os textos)?

10 respostas

SIM.

OS FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA BNCC ./ * COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ENSINO MÉDIO ./ A ÁREA DE LINGUAGENS/ O COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO INTEGRAL./ LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO : PRÁTICAS DE LINGUAGEM, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES./ ITINERÁRIOS FORMATIVOS

Os textos que versam acerca do ensino de linguagens na educação infantil/fundamental e médio.

Sim, o documento é os artigos que também discutem sobre a BNCC.

Sim, vários. Praticamente todos, mas alguns superficialmente.

Sim, o próprio documento normativo.

Sim. Textos sobre equidade.

Avaliação

Perguntas Respostas 10 Configurações Total de pontos: 0

Sim. Textos sobre equidade.

Você já participou de formações ou encontros sobre a BNCC e a Reforma do Ensino Médio? [Copiar](#)

10 respostas

Resposta	Porcentagem
sim	100%
Não	0%

Caso tenha respondido afirmativamente à questão anterior, esses cursos foram oferecidos pela rede de ensino/escola em que trabalha ou você procurou autonomamente tais debates?

Avaliação

Perguntas Respostas 10 Configurações Total de pontos: 0

Caso tenha respondido afirmativamente à questão anterior, esses cursos foram oferecidos pela rede de ensino/escola em que trabalha ou você procurou autonomamente tais debates?

10 respostas

- Foi ofertado pela instituição onde trabalho, foi ofertado pelo sistema de ensino que a escola adere.
- A escola promoveu discussões introdutórias.
- Foram oferecidos pela escola.
- Na rede de ensino/ escola em que trabalho.
- TIVE FORMAÇÕES PROMOVIDAS PELA ESCOLAQUE TRABALHO E TAMBÉM PROCUREI AUTONOMAMENTE.
- Oferecidos pela instituição e por conta própria.
- Na escola e autonomamente.
- Formação governamental e por iniciativa própria on-line

- A escola promoveu discussões introdutórias.
- Foram oferecidos pela escola.
- Na rede de ensino/ escola em que trabalho.
- TIVE FORMAÇÕES PROMOVIDAS PELA ESCOLAQUE TRABALHO E TAMBÉM PROCUREI AUTONOMAMENTE.
- Oferecidos pela instituição e por conta própria.
- Na escola e autonomamente.
- Formação governamental e por iniciativa própria on-line.
- formação continuada
- Ensino/escola em que trabalho.

Como você avalia a organização do documento BNCC?

Como você avalia a organização do documento BNCC?
10 respostas

- Acho organizado, principalmente por ser divididos em pontos específicos.
- Não me sinto confortável para criticar haja vista que não conheço suficientemente. De certo modo, acho que ela traz inovações necessárias, como a introdução de novos gêneros e tecnologias. Além disso, a organização no desenvolvimento de competências parece interessante.
- No momento não trabalho com o novo ensino médio, mas as partes que tive contato considero boa.
- Eu, particularmente avalio de forma muito positiva, pois a BNCC busca manter um trabalho interdisciplinar por meio de um ensino mais contextualizado e menos separado em disciplinas.
- Assim, no Ensino Médio o foco se encontra nas quatro grandes áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. E há a parte flexível do currículo formada pelos Itinerários Formativos e Unidades Eletivas. Portanto, foi muito pertinente a estruturação do Ensino Médio dessa maneira.
- A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC), TEM GRANDE RELEVÂNCIA PARA AS ESCOLAS E EDUCADORES DE TODAS AS REGIÕES DO PAÍS. POIS, ALÉM DE SER OBRIGATÓRIO. NORTEIA A

Como você avalia a organização do documento BNCC?

10 respostas

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC), TEM GRANDE RELEVÂNCIA PARA AS ESCOLAS E EDUCADORES DE TODAS AS REGIÕES DO PAÍS, POIS, ALÉM DE SER OBRIGATÓRIO, NORTEIA A ELABORAÇÃO DE TODOS OS CURRÍCULOS NACIONAIS. ALÉM DISSO, A BASE DEFINE O QUE É ESSENCIAL PARA OS ALUNOS, O QUE SE TRATA DE UM GRANDE PASSO PARA GARANTIR A EQUIDADE E A IGUALDADE.

Alguns poucos tópicos fogem da realidade da maior parte das vivências, mas de um modo geral servem como base de maneira satisfatório para a prática docente.

Ela é bem organizada, com algumas ressalvas em relação a aplicação do que é proposto.

Precisa ser melhorada e, muito. No geral, reflete um processo de exclusão pensado propositalmente para os jovens. Exclui e reduz conhecimento que vai deixá-los mais distantes da Universidade e menos capacitados para concorrer com alunos utilizados que vão continuar recebendo os conteúdos e conhecimentos que foram reduzidos ou que vão excluídos pela BNCC, porque vão estar em cursos de inglês, etc. A BNCC não se preocupou com a desigualdade sócio-econômica. É cruel com os mais pobres/escolas públicas.

ELABORAÇÃO DE TODOS OS CURRÍCULOS NACIONAIS. ALÉM DISSO, A BASE DEFINE O QUE É ESSENCIAL PARA OS ALUNOS, O QUE SE TRATA DE UM GRANDE PASSO PARA GARANTIR A EQUIDADE E A IGUALDADE.

Alguns poucos tópicos fogem da realidade da maior parte das vivências, mas de um modo geral servem como base de maneira satisfatório para a prática docente.

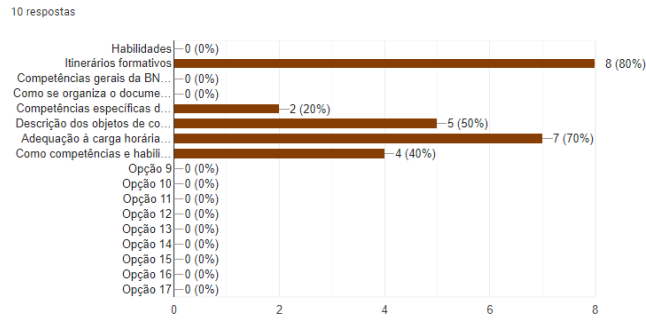
Ela é bem organizada, com algumas ressalvas em relação a aplicação do que é proposto.

Precisa ser melhorada e, muito. No geral, reflete um processo de exclusão pensado propositalmente para os jovens. Exclui e reduz conhecimento que vai deixá-los mais distantes da Universidade e menos capacitados para concorrer com alunos utilizados que vão continuar recebendo os conteúdos e conhecimentos que foram reduzidos ou que vão excluídos pela BNCC, porque vão estar em cursos de inglês, etc. A BNCC não se preocupou com a desigualdade sócio-econômica. É cruel com os mais pobres/escolas públicas.

Esquemático, organizado, porém se tratando de tempo extenso e utópico.

Bom

Que aspectos da BNCC você acredita que ainda precisam ser melhor explicitados?
 Marque quantas alternativas forem necessárias:



Como você entende que a BNCC pode impactar sua prática docente?

- 10 respostas
- A BNCC traz orientações de uma nova prática, novas metodologias, onde conduz a autonomia do aluno em prática ativa, somos o mediador do conhecimento.
 - Afetará a prática, porque apresenta inovações quanto a organização e se afasta daquilo que conhecemos até hoje como currículo.
 - Ajuda a nortear os nossos caminhos docentes na busca da aprendizagem significativa.
 - Ela promove a igualdade educacional. É uma referência segura, que irá nortear toda a prática pedagógica e sobre a qual todos os profissionais deverão trabalhar, garantindo que todos os alunos tenham acesso a um núcleo curricular comum. Também favorece um ensino mais humanizado, dentro da perspectiva da integralidade do ser, permitindo uma formação mais ampla de maneira a preparar o aluno para os desafios da vida e do mercado de trabalho.
 - A BNCC DESEMPENHA PAPEL FUNDAMENTAL NA NOSSA PRÁTICA DOCENTE, POIS EXPLÍCITA AS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS QUE TODOS OS ESTUDANTES DEVEM DESENVOLVER E EXPRESSAR, PORTANTO, A IGUALDADE EDUCACIONAL SOBRE A QUAL AS SINGULARIDADES DEVEM SER CONSIDERADAS E ATENDIDAS. ESSA IGUALDADE DEVE VALER TAMBÉM PARA AS OPORTUNIDADES DE INGRESSO E PERMANÊNCIA EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, SEM A QUAL O OBJETIVO DE

Como você entende que a BNCC pode impactar sua prática docente?

10 respostas

CONSIDERADAS E ATENDIDAS. ESSA IGUALDADE DEVE VALER TAMBÉM PARA AS OPORTUNIDADES DE INGRESSO E PERMANÊNCIA EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, SEM O QUE O DIREITO DE APRENDER NÃO SE CONCRETIZA.

Embasando teoricamente e prática.

Sendo um documento norteador

Tem aspectos positivos, como incorporação/valorização de determinadas metodologias. Mas no caso do inglês é dramático. O aluno do 1º ano com uma só aula por semana é algo ridículo. Se 2 aulas por semana já era pouco (países da Europa têm 6/8 aulas por semana de Inglês, tendo boa e ótima proficiência) então, a aula só é um processo de exclusão do aluno em relação a seu potencial uma futura vida acadêmica, uma carreira profissional mais valorizada. É parte de um processo proposital de exclusão socio-econômica e científico dos alunos do Ensino Médio a partir da implementação do novo sistema que é preocupante.

É um documento que nos permite uma ampla possibilidade de atuação docente.

Temos que rever nossa prática docente, visto que, temos que focar aspectos emocionais.

Com a reforma do Ensino Médio, a carga horária foi ampliada para 3.000 horas, sendo 1.200 de itinerários formativos e 1.800 para a formação geral básica. Nesse contexto, a Língua Portuguesa é componente da formação geral básica, portanto, obrigatória nos três anos do EM; já a Língua Inglesa também compõe o ciclo de formação geral básica e o itinerário formativo de Linguagens e suas Tecnologias. Você considera essas distribuições adequadas ao desenvolvimento das habilidades e competências dos componentes Português e Inglês?

10 respostas

Acho necessária pois fazem parte do conhecimento base para o entendimento de outras áreas. A língua inglesa por sua vez foi privilegiada no conhecimento de língua estrangeiras pois a partir do conhecimento dela, ampliará o conhecimento de mundo e as desenvolvimento de outras competências.

Nao atuo ainda no novo formato, ainda não sei avaliar isso.

Sim

Sim.

NÃO,POIS ACHO A DISCIPLINA DE LÍNGUA INGLESIA MUITO IMPORTANTE E UMA AULA NÃO É SUFICIENTE.

habilidades e competências dos componentes Português e Inglês?

10 respostas

Sim

Sim.

NÃO,POIS ACHO A DISCIPLINA DE LÍNGUA INGLESA MUITO IMPORTANTE E UMA AULA NÃO É SUFICIENTE.

Acredito que a maior parte das sugestões de carga horária para o novo ensino médio carecem de revisão de acordo com a realidade de cada escola.

Acredito que sejam disciplinas que tem sua importância e que a carga horária para se lecionar inglês deveria ser maior.

Não.

Ambas perderam horas aulas, deste modo o tempo já era "corrido" hoje se torna mais um desafio.

Sim!

A homologação da Base e a reforma do Ensino Médio geraram polêmicas em diversos setores sociais no sentido de dividir opiniões críticas e protestos de apoio. Como profissional de educação, você considera que há aspectos positivos nesse movimento?

10 respostas

Positivos, pois o aluno escolhe áreas afins que ajudarão na formação intelectual, pessoal e profissional. As disciplinas eletivas são trabalhadas temas importantes que vão além do tradicional, assuntos pertinentes a formação pessoal. O projeto de vida ajudará o aluno escolher uma carreira, mostrando a ele as possibilidades que ele terá, assim estará pronto para escolher a formação acadêmica que irá seguir.

O debate e o diálogo são sempre positivos. Eles nos obrigam a ver pontos de vista além do nosso. O novo assusta, mas ao mesmo tempo as mudanças são necessárias. O tempo não para. As gerações se renovam e têm anseios diferentes.

Se avaliado de maneira geral não.

Não vejo nenhum aspecto positivo. Sou totalmente a favor da reforma do Novo Ensino Médio. Acredito que o Ensino Médio realmente estava necessitando de uma mudança para se tornar mais atrativo para os jovens.

SIM,POIS TODAS AS CATEGORIAS DEVEM SER OUVIDAS E CONTEMPLADAS.

Caixa | Recei | 025- | A X | 8bdf | Nata | Docu | L134 | BNCC | REVC | Comi | Refer | Comi | Doc | INEP | o qui | +

docs.google.com/forms/d/1J0fz88XjTAg6tRG7_4-7VfapoNstPMM1tJ-RiB5Fmg/edit#responses

Gmail | YouTube | Maps | Soy Luna | pernambuco

Avaliação

Perguntas Respostas 10 Configurações Total de pontos: 0

A homologação da Base e a reforma do Ensino Médio geraram polêmicas em diversos setores sociais no sentido de dividir opiniões críticas e protestos de apoio. Como profissional de educação, você considera que há aspectos positivos nesse movimento?

10 respostas

Sim! Há aspectos positivos no que tange as eletivas, por exemplo, pois quando são adequadas a realidade dos discentes irão somar. No entanto, no que se diz a respeito aos outros elementos, creio que o abismo entre a escola pública e a escola privada irá aumentar acentuando as desigualdades no processo preparatório para o Enem, por exemplo.

Sim, é importante falar sobre essas decisões, mas particularmente não vejo ganho para além disso, a reforma do ensino médio, como tantas outras que aconteceram nos últimos anos, não irá melhorar as condições da educação pública, mas podem acentuar as desigualdades que já existem.

Sim, é muito necessário e relevante. Os movimentos que se preocupam em uma educação mais inclusiva e mais igualitária, em geral oportunidade, culturais, sociais, econômicas e de acesso à cidadania plena, tem muito com o que se preocupar. Em resumo, a reforma traz mais dúvidas e problemas do que soluções para o processo de fragilização da educação no país, suas desigualdades e seu péssimo posicionamento no ranking de qualidade de educação entre países.

Sim, pois o documento nos dá uma ampla possibilidade de 'atuação', porém o nosso maior desafio ainda

27°C Parc ensolarado Pesquisar 11:18 16/03/2023